

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO
PARA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Zildete Aparecida Guimarães

GOIÂNIA – GO
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO
PARA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Zildete Aparecida Guimarães

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alberto da S. Moreira

GOIÂNIA – GO
2011

Zildete Aparecida Guimarães

CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO PARA A TEOLOGIA DA
LIBERTAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alberto da S. Moreira

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente

Profa. Dra. Irene Dias de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa
Universidade Federal de Goiás
Membro

Profa. Dra. Carolina Telles Lemos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Suplente

RESUMO

GUIMARÃES, Zildete A. *A contribuição da Pedagogia do Oprimido para a Teologia da Libertação*. Pós-Graduação em Ciências da Religião (Dissertação de Mestrado) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

Paulo Freire, inspirador e teórico do movimento da educação popular formulou uma proposta de educação a partir do oprimido e não do opressor, segundo ele a educação deveria, primeiramente, transformar sistemas tradicionais de ensino e construir uma proposta de reescrever a prática pedagógica, repensando o sentido político da educação. Criou uma Pedagogia da Libertação para as consideradas classes oprimidas na tentativa e conscientizá-las politicamente.

A Teologia da Libertação é uma reflexão teológica que tem como proposta o comprometimento político da fé com a realidade histórica sob a perspectiva da luta pela libertação das classes oprimidas. Vendo a pobreza como pecado estrutural e propondo o engajamento político dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Uma das principais características da Teologia da Libertação é ver o pobre, não como objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação, protagonista de sua própria história.

Assim o que se pretende evidenciar são os pontos comuns entre a Teologia da Libertação e a Pedagogia de Paulo Freire uma vez que a preocupação de ambos é com os pobres e oprimidos. Além de um contexto comum, de origem histórica e social, a Teologia da Libertação e a Pedagogia de Paulo Freire empregam uma terminologia convergente. A atuação de Paulo Freire é direcionada para a escola popular, por uma educação libertária, voltada aos pobres e a Teologia da Libertação atua por meio da igreja e dos cristãos das comunidades pobres para formular uma teologia libertária especialmente a partir dos próprios cristãos.

Paulo Freire tem muito em comum com a Teologia da Libertação e a Teologia da Libertação muito em comum com a Pedagogia de Paulo Freire. Essa aproximação mútua leva a pensar numa influência recíproca, embora ambos tenham uma história própria de surgimento e desenvolvimento. A motivação problematizadora é apontar a contribuição desses dois grandes acontecimentos simultâneos a partir do contexto histórico nacional da década 1960.

Palavras-chave: Educação, Educação Popular, Pedagogia da Libertação, Teologia da Libertação.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Zildete A. The contribution of Education of the Oppressed to the Liberation of Theology. Post Graduate in Religious Sciences (Master Thesis) at the Catholic University of Goiás, Goiânia, 2011.

Paulo Freire, inspiring and theorist of popular education movement has formulated a proposal for education from the oppressed and not the oppressor, he said education should firstly transform traditional systems of education and build a proposal to rewrite the pedagogical practice, rethinking political meaning of education. Created Education of liberation for the oppressed classes considered in the attempt to educate them politically.

Liberation theology is a theological reflection that proposes the political commitment of faith with the historical reality from the perspective of the struggle for liberation of the oppressed classes. Seeing poverty as a structural sin offering the political involvement of Christians in building a more just and caring society. One of the main characteristics of the liberation theology is to see the poor, not as objects of charity, but subject to their own liberation, the main character of his own story.

So what you want to highlight are the main points between liberation theology and Education of Paulo Freire since the concern of both is with the poor and oppressed. Besides a common context, the historical origin and social liberation theology and Education of Paulo Freire employ a convergent terminology. The work of Paulo Freire is directed to the folk school, a libertarian education, dedicated to the poor and liberation theology operates through the church and Christians of poor communities to formulate a theology libertarian especially from Christians themselves.

Paulo Freire has much in common with Liberation Theology and Liberation Theology has much in common with the Education of Paulo Freire. This approach leads to consider a mutual reciprocal influence, although both have their own history of emergence and development. The motivation is problematical point the contribution of these two major simultaneous events from the national historical context of the 1960s.

Keywords: Education, Popular Education, Education of Liberation, Liberation Theology.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Aos meus pais – Tarcísio e Albany – que “amo muito” e com os quais sempre pude contar em todos os momentos de minha vida. Cuja sabedoria e exemplo transmitiram valores que escola nenhuma ensina.

Minha eterna gratidão...

As minhas irmãs, Zildene, Zilda e Silvanete e ao meu irmão José Rildo, meus cunhados, meus amigos e ao meu namorado José, que sempre torcem, vibram e se alegram com as minhas conquistas.

Á minha filha – Ana Vitória – minha maior riqueza, luz de minha vida, razão maior de minha luta, minha fonte inesgotável de amor e paz. Com seu sorriso e ternura transbordam em mim os melhores sentimentos que podem existir dentro de um ser humano que agradece eternamente a Deus pela indescritível alegria de ser mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por demonstrar inúmeras vezes sua bondade e presença em minha vida. Agradeço pela saúde, pela proteção e por me dar força e coragem para não desanimar no meio do caminho.

Agradeço aos meus pais pelo imenso amor, dedicação e por compreender muitas vezes o meu silêncio nos momentos de estudo.

A minha filha, por compreender as minhas ausências e por estar ao meu lado, principalmente, nos momentos em que mais precisei.

Agradeço a minha família e amigos pela força que sempre chegou ao momento certo, por compreenderem minhas ausências e meu “stress” durante esse trabalho.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Alberto Moreira que com seu próprio exemplo, me ensinou entre tantas outras coisas, que o ser humano verdadeiramente nobre é aquele que sabe ser simples e humilde. Agradeço por sua orientação segura e inteligente e por me permitir “apaixonar” pelo tema.

Agradeço a Geysa por atender sempre com alegria e gentileza.

Os profetas não são homens ou mulheres desarrumados, desengonçados, barbudos, cabeludos, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados.

Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam...

Eu diria aos educadores e educadoras, Aí daqueles e daquelas, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar.

Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, se atrelem a um passado, de exploração e de rotina.

Paulo Freire.

LISTA DE SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
AP	Ação Popular
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLAR	Conferência Latino Americana
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPC	Centro Popular de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEB-Goiás	Movimento de Educação de Base em Goiás
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MST	Movimento dos Sem Terra
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Renec	Representação Nacional de Emissoras Católicas
SEC	Serviço de Extensão Cultural
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supra	Superintendência da Reforma Agrária
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UCG	Universidade Católica de Goiás
UEE	União dos Estudantes
UFG	Universidade Federal de Goiás
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade de Campinas
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1 – PAULO FREIRE – PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO	16
1.1 – Esboço biográfico	16
1.2 – Influências históricas, sociais e teóricas	19
1.3 - O “Método” Paulo Freire	23
1.4 – As primeiras obras: <i>Educação como Prática de Liberdade e Pedagogia do Oprimido</i>	26
CAPÍTULO II	
2 – TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA	30
2.1 – Terminologia: Teologia da Libertação e Catolicismo da Libertação	32
2.2 – Das pré-condições da Teologia da Libertação	34
2.3 – Conferência Nacional do Bispos do Brasil -CNBB	43
2.3.1 - Movimento de Educação de Base –MEB	44
2.4 – As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e os Círculos de Cultura	48
2.5 – Precusores da Teologia da Libertação	51
2.5.1 – Concílio Vaticano II	54
2.5.2 – Conselho do Episcopado Latino-americano - CELAM	56

CAPÍTULO III

3 – A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA LIBERTADORA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	60
3.1 – Depoimentos sobre a presença da pedagogia na teologia	62
3.2 - A síntese: Opressores x oprimidos	64
3.3 – Religião e educação: instrumentos de libertação ou Opressão	65
3.4 – Denúncia e anúncio: teologia e pedagogia	67
3.5 – A politização da teologia e da pedagogia	68
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é requisito da Pós-graduação em Ciências da Religião dentro da linha de pesquisa Cultura e Movimentos Sociais, foca o binômio religião-educação. Sabemos que além do princípio pedagógico os princípios religiosos estão presentes na obra de Paulo Freire. Além disso, os princípios pedagógicos foram importantes para dar viabilidade social aos princípios religiosos. Acreditamos que toda educação está revestida por crenças religiosas. Assim a tônica desta reflexão será demonstrar a contribuição do pedagógico no movimento religioso, fazendo um apanhado histórico sobre a contribuição de Paulo Freire aos vários movimentos que antecederam a Teologia da Libertação.

Nosso objeto de pesquisa são dois grandes acontecimentos simultâneos, a Pedagogia da Libertação e a Teologia da Libertação que influenciaram e foram influenciados pelo desejo de mudança, pela efervescência por transformações sociais. Para situar nossa análise é preciso considerar o contexto histórico nacional da década de 1960, suas conseqüências, os movimentos oriundos dessa insatisfação que culminaram na sua transformação.

José Comblin afirma a existência de uma sociedade latino-americana, pois segundo ele há uma continuidade entre todas as nações latino-americanas, todas passaram mais ou menos pelas mesmas fases, não de forma contínua, mas houve a fase revolucionária, depois a fase do regime militar mesmo aquelas nações que conseguiram evitar o regime militar ficaram contaminadas e todas conheceram uma fase de redemocratização. Em função destas similaridades Comblin afirma: “podemos dizer que existe uma sociedade latino-americana porque todas as nações reagem de maneira semelhante aos acontecimentos do mundo” (COMBLIN, 2000, p. 179).

A virada marxista da revolução cubana (1959) causou grande repercussão. A revolução era uma possibilidade. Ou os cristãos faziam as reformas estruturais urgentes e rápidas, indispensáveis para arrancar da miséria tantos latino-

americanos, esmagados como homens pela situação vigente, ou os comunistas fariam a revolução, evidentemente sangrenta. Buscava-se um caminho próprio, uma terceira via, uma alternativa para o capitalismo clássico e a solução marxista. Foi um vento de utopias, impôs-se a idéia de que tudo era possível, bastava uma pequena vanguarda para levar o povo inteiro a construir sua história (MAINWARING, 2004, p. 64).

Por conseguinte, Comblin postula: “a década de 60 foi em todo o mundo ocidental uma década de utopias e voluntarismos que destruiu as bases da sociedade anterior e criou uma nova cultura” (COMBLIN, 2000, p. 180). Segundo o mesmo autor quase todos os movimentos adotaram o marxismo e a teoria da dependência como fundamentos para a prática revolucionária, culminando nas revoluções estudantis de 1967 e 1968 com inspiração na revolução cubana.

Os países da América Latina chamados de “Terceiro Mundo”, termo de protesto contra a predominância do “primeiro mundo”, o ocidente industrializado, e do “Segundo Mundo” o leste socialista e o movimento de países não-alinhados, além de ser referência ao terceiro estado que ocupou lugar de destaque na Revolução Francesa, precisavam enfrentar o desafio do subdesenvolvimento superando a dependência dos países desenvolvidos.

A teologia da libertação é uma teologia que partiu da indignação com a assustadora pobreza de milhões de pessoas na América Latina e com a existência de uma diminuta minoria que acumulava enorme riqueza. A questão era “como ser cristão em um mundo de pobreza”, conforme indagava Gustavo Gutierrez (1979). Como a pobreza de muitos era vista como consequência da riqueza de poucos, esta situação de opressão exigia libertação. Também no chamado “primeiro mundo” as teologias negras e feministas surgiram como teologias da libertação, da opressão baseada na etnia e no gênero. Portanto há várias “teologias da libertação”. Na América Latina ela procurou apresentar-se unida por uma luta comum.

A opressão econômica e social era ainda agravada pela opressão política através dos regimes militares. A resistência contra esta opressão gerava utopias de um mundo libertado, o que facilitava o diálogo entre cristãos e outros pensadores e

movimentos, incluindo os marxistas. Não havia, contudo, hegemonia quanto aos meios para sua transformação. As contribuições das pesquisas sociológicas e econômicas passaram a ser levadas a sério pela teologia. A filosofia como tradicional parceira do diálogo da teologia, também contribuiu para novas mentalidades nos meios cristãos (COMBLINN, 2000, p. 181-182).

Para vários autores, como José Comblin, Francisco Catão, Carlos Palácio dentre outros, alguns acontecimentos são considerados como vetores do surgimento da Teologia da Libertação como o Concílio Vaticano II (1962 a 1965) e o Encontro do Episcopado Latino Americano em Medellín (1968) e Puebla em (1979). “O Concílio Vaticano II e a Conferência do Episcopado latino-americano em Medellín são dois marcos de referência sem os quais seria impossível pensar esta teologia”. (PALÁCIO, 2000, p. 52). A influência do método “ver” “julgar” e “agir” da Ação Católica foi sem dúvida a influência mais evidente para seu aprimoramento. Muitos teólogos compartilharam a vida com as pessoas e trabalhavam com elas. Muitos procuraram combinar o trabalho acadêmico com contatos com paróquias ou comunidades de base em áreas pobres, tentando criar um espaço onde o sofrimento das pessoas era levado a sério e transformados em ação positiva.

Neste contexto temos a trajetória do educador progressista Paulo Freire as influências que sofreu em seus primeiros anos de vida e na sua juventude foram assimilados na construção de sua personalidade, de seus posicionamentos filosóficos, religiosos, sociais, políticos educacionais.

Com uma linguagem muito peculiar e com uma filosofia de educação renovadora Paulo Freire postulava que a educação deveria fundamentar na consciência dos alfabetizando a realidade vivida e jamais se reduzir a um simples conhecer de letras, palavras e frases. Afirmava ele que só se faria um trabalho educativo para a democracia se o processo de alfabetização de adultos não fosse verticalmente – sobre o homem - ou assistencialmente – para o homem, mas com o homem (FREIRE, 1967, p.97).

Os anseios da sociedade política vinham ao encontro dos de uma parte da sociedade civil dos anos 50, alimentando um clima propício para a mobilização, para as reflexões e para as pretensões de mudanças sociais e

políticas. Freire, assim, traduziu as necessidades de seu tempo e nelas se engajou (GADOTTI, 1996, p. 36).

O trabalho de Paulo Freire é mais do que um método que alfabetiza, é uma ampla e profunda compreensão da educação que tem como cerne de suas preocupações a natureza política da educação. Ainda que Paulo Freire não acreditasse que a educação popular por si só pudesse resolver os problemas da sociedade, ao proporcionar um espaço democrático dentro de uma realidade não democrática permitiria a mobilização em prol da transformação da sociedade. “Ele via a educação como tendo um fim político porque poderia ajudar a construir uma nova sociedade que viesse a facilitar a realização do ser humano” (MAINWARING. 2004. p. 91).

No decorrer dessa investigação científica deparamos-nos com algumas dificuldades, desde a seleção do abundante material bibliográfico existente, a escolha do problema metodológico de sua apresentação e o curto lapso de tempo, pois vários acontecimentos foram desencadeados a médio e longo prazo. Selecionamos o que nos pareceu ser o mais fundamental para explicitar as causas e a relação de uma com a outra.

Em busca de uma compreensão mais adequada esta pesquisa divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo o objetivo será explicitar a história de vida e a formação do pensamento de Paulo Freire. Em primeiro lugar apresentamos um esboço biográfico sobre a vida e obra de Paulo Freire, o contexto histórico, algumas considerações sobre o método, com ênfase especificamente nas duas primeiras obras: *Educação como prática de liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*. No segundo capítulo, procurou-se dar uma visão panorâmica de como surgiu a Teologia da Libertação, a evolução do movimento e suas figuras (históricas) principais, para que no terceiro capítulo possamos apontar mais diretamente a relação de convergência entre a Pedagogia Libertadora e a Teologia da Libertação. Para isto contaremos com vários depoimentos de intelectuais, teólogos, religiosos que destacam os pontos de contato entre ambas.

CAPÍTULO 1

1 PAULO FREIRE – PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO

Neste capítulo nossa tarefa é descrever a trajetória do educador Paulo Freire, seguramente um dos fenômenos educativos mais importantes do século XX, entretanto sua influência não se restringe apenas no campo da educação. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação.

Especialmente na América Latina, a partir de sua origem brasileira, é também um ponto de referência para a análise teórica e prática da identidade latino-americana. Conceitos como: opressão e luta para sair dela; a libertação como finalidade reiterada de tantos movimentos latino-americanos sejam políticos, teológicos e educativos; A concepção da cultura como algo dinâmico e que pode transformar a realidade; a alfabetização como algo mais do que uma mera técnica de leitura e escrita; a busca da libertação no contexto dos povos da América Latina a partir da reinterpretação do cristianismo; o valor do método educativo enraizado na prática cotidiana e real do educando frente à separação entre escola e vida; jamais teriam o valor que tem sem a contribuição de Paulo Freire.

1.1 – Esboço biográfico

Nasceu Paulo Reglus Neves Freire, em 19 de setembro de 1921, em Recife, Estrada dos Encantamentos, Bairro da Casa Amarela. Seu Pai Joaquim Temístocles Freire é definido por Paulo Freire como um homem afável, espiritualista, inteligente e amoroso. Sua Mãe Edeltrudes Neves Freire, de formação católica, amável e justa.

Aprendeu com os pais a importância do diálogo para lidar com o mundo, com Deus e com os homens. O convívio e o respeito familiar lhe ensinou a considerar a opção dos demais.

Com a crise econômica de 1929 sua família, não tendo condições financeiras para o aluguel em Recife, se viu obrigada a se mudar para Jaboatão, uma cidadezinha 18 quilômetros distante da capital. Permanecendo lá dos 13 aos 20 anos. Num lugar de extrema pobreza, passou por dificuldades, presenciou as dificuldades dos outros, lá perdeu seu pai. Experimentou a dor, prazer, sofrimento, amor, angústia e cresceu com tais experiências.

Em Jaboatão concluiu a escola primária e fez o primeiro ano ginasial no Colégio 14 de Julho, transferindo-se para o Colégio Oswaldo Cruz em Recife onde concluiu os estudos secundários, formando-se em Língua Portuguesa e em seguida ingressou aos 22 anos de idade, na Faculdade de Direito, optando pela área de ciências humanas, pois não havia na época curso superior de formação de educador.

Em 1944 antes de concluir seus estudos universitários, casou-se, aos 23 anos, com a professora primária Elza Maria Costa Oliveira com quem teve cinco filhos, Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes. Diplomou-se na tradicional Escola de Direito do Recife em 1946, desistindo da advocacia e dedicando-se ao trabalho de professor de português no Colégio Oswaldo Cruz. Foi o trabalho de professor de português e o porte franzino que o pouparam quando da II Guerra Mundial, de ir lutar com a Frente Expedicionária Brasileira - FEB nos campos da Itália.

Com a experiência de docência, foi diretor do setor de Educação e Cultura do SESI, órgão recém-criado pela Confederação Nacional da Indústria através de um acordo com o governo Vargas. Teve contato com a educação de adultos/trabalhadores e sentiu a necessidade de enfrentar a questão da educação e mais particularmente, da alfabetização. Foi designado, em 1947, para a diretoria do setor de Educação e Cultura do SESI de Pernambuco. Em 1954 assumiu a superintendência da Instituição, aí permanecendo até 1957.

No final de 1959 prestou concurso e obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação, defendendo a tese “*Educação e atualidade brasileira*”. Essa titularidade assegurou-lhe a nomeação de professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife. No ano seguinte, foi-lhe também conferido o certificado de Livre-Docente da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes.

Segundo Beisiegel (2010) Paulo Freire teve uma presença bem ativa na vida educacional, cultural e política o que o levou a ocupar diversas posições na sociedade. Em maio de 1960, participou do início do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, criado pelo prefeito Miguel Arraes. Em fevereiro de 1962 assumiu a Direção do recém criado Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife. Tornou-se conhecido no Brasil no início de 1963, quando seu método de alfabetização de adultos foi utilizado na experiência-piloto em Angicos, sendo bem sucedida e tendo ampla divulgação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte. A partir daí foi designado pelo ministro Paulo de Tarso para a Presidência da recém criada Comissão Nacional de Cultura Popular e em março de 1964 assumiu a coordenação do Programa Nacional de Alfabetização promovido pelo Ministério da Educação com a utilização do método Paulo Freire de alfabetização de adultos.

Em 1964 com a tomada do poder pelos militares no Brasil, passou 75 dias na prisão, acusado de “subversivo e ignorante”. Sentindo-se ameaçado por causa da sua metodologia e da visão politizadora de educação praticada a partir da alfabetização, asilou-se na embaixada da Bolívia e partiu para aquele país em setembro de 1964 com apenas 43 anos. Com o golpe de Estado na Bolívia, ocorrido pouco tempo depois de sua chegada buscou asilo no Chile. Em Santiago, ao lado de sua família, tiveram asilo político e viveram de novembro de 1964 a abril de 1969. De abril de 1969 a fevereiro de 1970 morou em Cambridge, Massachussetts, dando aulas sobre suas próprias reflexões na Universidade de Harvard, como professor convidado. Em seguida mudou-se para Genebra para ser consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas.

Em junho de 1979, ganha seu primeiro passaporte brasileiro. Retornando de fato em junho de 1980, como professor da PUC-SP. Após pressões dos estudantes e de

alguns professores, tornou-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final do ano letivo de 1990. Com o reconhecimento de seus direitos pelo Ministério da Educação, foi reincorporado a Universidade Federal de Pernambuco, mas por residir em São Paulo foi aposentado com tempo parcial de trabalho em março de 1991. Pediu demissão do cargo de professor da UNICAMP, em função da proibição da acumulação de mais de dois cargos públicos.

Sua primeira esposa faleceu em outubro de 1986 e casou-se novamente em março de 1988 com Ana Maria Araújo Freire amiga de infância e aluna-orientanda do mestrado da Pontifícia Universidade Católica.

Em janeiro de 1989 foi empossado como Secretário de Educação do Município de São Paulo, justamente porque o Partido dos Trabalhadores, partido do qual é um dos fundadores, chegou ao poder com a eleição de Luiza Erundina de Sousa para Prefeita de São Paulo. Distinguiu-se pela maneira como se envolveu com a comunidade, seu trabalho foi feito a partir da realidade das comunidades que encontrava. Afastou-se, em maio 1991, do cargo de Secretário Municipal de Educação, sendo substituído por Mario Sérgio Cortella, mas continuou membro de seu Colegiado até fins de 1992. Voltou a se dedicar a outras atividades, voltou a escrever e também à docência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP no Programa de Supervisão e Currículo do curso de Pós-Graduação, discutindo projetos novos e pioneiros da Universidade.

Faleceu em São Paulo, em 02 de maio de 1997 de infarto.

1.2 – Influências históricas, sociais e teóricas

A sociedade brasileira e latino-americana da década de 60 pode ser considerada como o grande laboratório onde forjou aquilo que ficou conhecido como 'método Paulo Freire'. A situação de intensa mobilização política desse período teve uma importância fundamental na consolidação do pensamento de Paulo Freire, cujas origens remontam à década de 50, marcada por muitos conflitos econômicos e lutas políticas.

O pensamento e a teoria do conhecimento de Paulo Freire devem ser entendidos no contexto em que surgiu – o nordeste brasileiro - onde no início da década de 1960, metade dos seus 30 milhões de habitantes vivia na cultura do silêncio. Era preciso “dar-lhes a palavra” para que transitassem para a participação na construção de um Brasil que fosse dono de seu próprio destino e que superasse o colonialismo. (BEISIEGEL, 2010, p.42).

O ambiente político-cultural em que Paulo Freire elaborou suas idéias e começou a experimentá-las na prática foi o mesmo que formaram outros intelectuais de primeira linha, como o economista Celso Furtado e o antropólogo Darcy Ribeiro. Todos eles despertaram intelectualmente para o Brasil no período iniciado pela revolução de 1930 e terminado com o golpe militar de 1964. A primeira data marca a retirada de cena da oligarquia cafeeira e a segunda, uma reação de força às contradições criadas por conflitos de interesses entre grandes grupos da sociedade. Durante esse intervalo de três décadas ocorreu uma mobilização inédita dos chamados setores populares, com o apoio engajado da maior parte da intelectualidade brasileira. Especialmente importante nesse processo foi à ação de grupos da Igreja Católica, uma inspiração que já marcara Freire desde casa (por influência da mãe).

Não temos a pretensão de analisar o período anterior, mas faremos um pequeno retrospecto do sistema educacional, sabemos que não existia uma política definida para a grande massa analfabeta, as poucas iniciativas eram esparsas, mas conforme descreve Beisiegel (2004) os antecedentes são importantes para compreendermos a atuação de Paulo Freire.

Desde a colonização a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, pela Igreja Católica. Em 1930 foram criados o Ministério da Educação e Saúde, a Universidade, resultado da fusão de várias instituições isoladas de ensino superior, e o sistema nacional de ensino, até então inexistente. A educação apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e da permanência das crianças na escola. Era precária a oferta de ensino público à população em idade escolar. O Censo de 1940 deixou isso mais que claro, ao revelar que a taxa de analfabetismo do país atingia em 56,17% da população com idade superior a 15 anos. Em 1960, registrava-se uma percentagem de 39,35% de analfabetos entre essa mesma faixa populacional.

Em 1932, um grupo de 26 educadores lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil. Sua bandeira consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela (BEISIEGEL, 2004, p. 86).

A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e o ensino religioso tornou-se optativo. Na Constituição de 1937 é proposto o Ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem.

Em 1942 acontecia a inauguração oficial da nova capital do estado de Goiás, Goiânia quando foi realizado o batismo cultural da nova capital. Na ocasião, realizou-se o 8º Congresso Brasileiro de Educação, os grandes nomes da educação brasileira prestigiaram o evento, proporcionando um momento de grande euforia com discussões muito importantes sobre a educação da cidade e do campo.

A Constituição de 1946 previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que substituíssem as anteriores, consideradas ultrapassadas considerando o novo momento econômico e político que o país experimentava. O final da segunda Guerra Mundial impunha novas necessidades que a educação não podia ignorar.

Neste período desponta os movimentos de educação popular, especialmente destinados à alfabetização de adultos e patrocinados pelo Governo Federal. Essa educação popular era extremamente vinculada à cultura popular e ao processo de conscientização do povo. As primeiras experiências de educação popular estavam a serviço do projeto populista e visavam “instrumentalizar” e “conscientizar” as massas conforme os interesses do Estado. À medida em que a educação popular era empreendida nos anos 1960, se apresentava mais de acordo com os interesses de

classe das camadas populares e a serviço da sua libertação, por meio da apreensão crítica da realidade, lendo e escrevendo a vida, construindo alternativas para os desafios se comprometeram com os interesses do povo, foram além do controle dos dominadores, que depois precisaram usar da repressão para a manutenção da ordem social vigente (PILETTI, 1996, p. 192).

Em 1959, o manifesto de educadores denominado "Mais uma vez convocados" uma referência ao manifesto de 1932 redigido pelos mesmos educadores reavivava a discussão e as reformas educacionais. O manifesto de 1959 foi divulgado em meio a um debate sobre o ensino básico que não era novo, mas se tornou mais intenso por uma série de razões. Além de se estar vivendo uma situação crítica, era preciso definir o papel do Estado diante da educação (BEISIEGEL, 2010).

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por intensa atividade em todas as instâncias da vida social do país. O país não tinha recursos para estender a rede oficial de ensino, que marginalizava quase 50% da população em idade escolar. Deliberou-se pela expansão da rede privada, mas a extensão dos benefícios da educação não alcançou o conjunto da população mais carente. O que pode ser constatado pelo quadro abaixo.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO 1900/1950

Indicadores	1900	1920	1940	1950
População total	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397
Densidade demográfica	2,06	3,62	4,88	6,14
Renda <i>per capita</i> em dólares	55	90	180	-
% população urbana	10	16	31	36
% de analfabetos (15 anos e mais)	65,3	69,9	56,2	50,0

Fontes: Lourenço Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise.. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970.

O Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart (1961-1964), assumido por Paulo Freire, se inseria no projeto populista do presidente e encontrava no Nordeste – onde metade da população de 30 milhões era analfabeta – um cenário

de organização social crescente, exemplificado pela atuação das Ligas Camponesas em favor da reforma agrária.

Os anseios da sociedade política vinham ao encontro de uma parte da sociedade civil dos anos 50, alimentando um clima propício para a mobilização, para as reflexões e para as pretensões de mudanças sociais e políticas. Freire, assim, traduziu as necessidades de seu tempo e nelas se engajou (GADOTTI, 1996, p. 36).

Na obra, sobre Paulo Freire, organizada por Moacir Gadotti (1996) temos vários depoimentos de pessoas que conviveram diretamente com ele. Destacamos algumas considerações feitas pelo professor Fausto Telleri que foi aluno de Paulo Freire, animador nas Comunidade de Base de Itaberaí e Goiás Velho e na Universidade Católica de Goiás. Ele relata que as experiências vividas o ensinaram que a ditadura havia conseguido exilar Paulo Freire, mas não conseguiu calar as suas intuições pedagógicas, as suas palavras e o seu método. Ao contrário vários jovens educadores, padres e religiosos, brasileiros e não brasileiros assumiram seu método, sua filosofia, dispostos a levar avante o testemunho deixado por ele, passando de uma comunidade a outra com o objetivo de perpetuá-lo no tempo. Segundo Fausto “descobri grande afinidade entre o cristianismo de Freire e as posições marxistas. A palavra chave que conseguia conciliar na práxis política e pedagógica as duas diferentes análises de mundo era a “libertação” (apud GADOTTI, 1996, p. 168).

Quanto a relação de Paulo Freire com o cristianismo e o marxismo é importante evidenciar que mesmo aproximando-se dos marxismos, Paulo Freire nunca admitiu o autoritarismo, a ditadura. A questão da democracia percorre o discurso de Paulo Freire em todos os seus diversos e diferentes momentos (SCOCUGLIA, 1999, p. 43).

1.3 – O “método” Paulo Freire.

A idéia básica do Método Paulo Freire é a adequação do processo educativo às características do meio. De notável simplicidade começava por localizar e recrutar analfabetos nas áreas escolhidas, a partir de entrevistas registravam algumas

palavras, aproximadamente dezessete, sobre suas experiências de vida. Essas palavras eram entendidas como representativas do seu universo vocabular das quais saíam às palavras geradoras. Cada uma destas palavras era dividida em sílabas; estas eram reunidas em composições diferentes, formando novas palavras. “A discussão das situações sugeridas pelas palavras geradoras permitia que o indivíduo se conscientizasse da realidade, o que tornava mais significativo e eficiente o processo de alfabetização” (PILETTI, 1996, p. 195).

Embora o trabalho de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire tenha passado para a história como um "método", a palavra não é a mais adequada para definir o trabalho do educador, cuja obra se caracteriza mais por uma reflexão sobre o significado da educação. Mesmo assim, distinguem-se na sua teoria três momentos claros de aprendizagem. O primeiro é aquele em que o educador se inteira daquilo que o aluno conhece, não apenas para poder avançar no ensino de conteúdos, mas principalmente para trazer a cultura do educando para dentro da sala de aula. O segundo momento é o de exploração das questões relativas aos temas em discussão – o que permite que o aluno construa o caminho do senso comum para uma visão crítica da realidade. Finalmente, volta-se do abstrato para o concreto, na chamada etapa de problematização: o conteúdo em questão apresenta-se "dissecado", o que deve sugerir ações para superar impasses. Para Paulo Freire, esse procedimento serve ao objetivo final do ensino, que é a conscientização do aluno (FREIRE, 2005, p.116-117).

O ‘convite’ de Freire ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em determinada sociedade. Convida o analfabeto a sair da apatia e do conformismo de “demitido da vida” em que quase sempre se encontra e desafia-o a compreender que ele próprio é também um fazedor de cultura, fazendo-o apreender o conceito antropológico de cultura. O “ser menos” das camadas populares é trabalhado para não ser entendido como desígnio divino ou sina, mas como determinação do contexto econômico-político-ideológico da sociedade em que vivem (GADOTTI, 1996, p. 37).

A conscientização e o diálogo são dois elementos fundamentais na sua filosofia educacional. A conscientização não é apenas tomar conhecimento da realidade. A tomada de consciência significa a passagem da imersão na realidade para um

distanciamento desta realidade. A conscientização ultrapassa o nível da tomada de consciência através da análise crítica, isto é, do desvelamento das razões de ser desta situação, para constituir-se em ação transformadora desta realidade. O diálogo consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação. No seu pensamento, a relação homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher e homem-mundo são indissociáveis (FREIRE, 1967, p.96).

Num diálogo com Peter Park, transcrito por Moacir Gadotti (1996) Paulo Freire postula que conscientização vem de consciência e que mesmo antes dos anos 60 já aparecia em francês, espanhol e inglês, o consideravam criador desta palavra o que segundo ele não é verdade, ele a utilizava em associação ao conceito de noção e ação cultural e da educação como prática da liberdade. Com o tempo percebemos que ela tinha uma conotação muito idealista, como se a libertação se restringisse á consciência, ou seja, como se a consciência pudesse por si só, mudar a história, sem luta. E finaliza:

Para mim, desde o início, a conscientização era concebida como um processo que se transformava em ação. É verdade, ao reler meus primeiros textos descobri algumas obscuridades e ingenuidade que procurei esclarecer nos textos posteriores. E também, comecei a evitar o termo conscientização sem rejeitar o seu significado (apud GADOTTI, 1996. p. 441).

Os especialistas sobre Paulo Freire, como Gadotti, Rosas e Torres, afirmam que três filosofias marcaram a pedagogia de Paulo Freire o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo, sem, contudo, assumir uma posição de ortodoxia, seu pensamento rompeu fronteiras. Trabalhando certo ecletismo, sincretismo e ecumenismo de reflexão. Recebeu influência de diferentes maneiras, de Emmanuel Mounier o humanismo personalista, de Martin Buber o existencialismo de George Hegel a fenomenologia de Antonio Gramsci e Jurgem Habermas o Marxismo.

Conforme Gadotti (1996) Paulo Freire foi influenciado primeiro pelo humanismo e depois pelo marxismo. Ele combina temas cristãos e marxistas na sua pedagogia-dialógica. O tema da libertação é ao mesmo tempo cristão e marxista. O método utilizado é que é diferente, a estratégia é diferente. O fim é o mesmo.

Compartilhava os ideais democráticos do pensador católico Alceu Amoroso Lima, e do pedagogo da Nova Escola Anísio Teixeira, da esquerda católica Jacques Maritain, Thomas Cardonel, através dos seus intérpretes brasileiros Henrique Lima Vaz, Herbert José de Souza familiarizando-se mais com idéias do movimento católico radical.

Sua característica não era o academicismo era eclético no sentido de abstrair os elementos fundamentais dessas doutrinas filosóficas sem repeti-las mecanicamente.

[...] sua origem de educador brasileiro foi ideologicamente a de um pensador democrático-liberal fortemente influenciado pela teoria do Cristianismo Pessoal, cujos representantes são, por exemplo, Tristão de Ataíde, no Brasil, ou Emmanuel Mounier, na França. Com o passar do tempo, entretanto, seu pensamento e sua escrita foram incorporando a teoria crítica, a análise de Gramsci e os conceitos do Dewyismo radical (GADOTTI, 1996, p. 118).

O professor Ernani Maria Fiori no prefácio do livro *Pedagogia do Oprimido* faz a seguinte ponderação:

O método de Paulo Freire é fundamentalmente um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não impõe inimizades entre educação e política. Distingui-se, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá os rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, seja estruturais, contradições que impedem o homem de ir adiante (apud FREIRE, 2005, p.22).

1.4 – As primeiras obras: *Educação como Prática de Liberdade e Pedagogia do Oprimido*.

O livro *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967) foi escrito durante o governo de João Goulart, na prisão e finalizado no exílio em 1965. Elaborado a partir de análises já apresentadas no Brasil, o livro divide-se em 4 capítulos. O primeiro, *A sociedade brasileira em transição*; o segundo capítulo, *Sociedade fechada e inexperiência democrática*; o terceiro: *Educação Versus massificação*; e o quarto, *Educação e Conscientização*. Possui um *Apêndice*, dedicado à apresentação das

situações existenciais preparadas para a apreensão do conceito de cultura, acompanhados de comentários sobre a prática do método de alfabetização. O livro está inserido no período de emergência política das classes populares e de crise das elites dominantes, assim impregnada das condições históricas, numa sociedade em trânsito caracterizada por uma sociedade fechada, tradicional para uma sociedade aberta, moderna. Neste cenário de crise de valores, Paulo Freire preconiza que alfabetização e conscientização são princípios essenciais e inseparáveis onde a palavra em vez de ser o veículo das ideologias torna-se o instrumento de uma transformação global do homem e da sociedade.

A *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1975) foi concluído em Santiago do Chile, no outono de 1968 e publicado em 1970. Considerado pelos especialistas como a principal obra do educador, o livro aprofunda reflexões amadurecidas sobre a libertação dos homens da situação de opressão às expressões desse processo nas concepções da educação e no diálogo entre os homens. O livro possui uma “apresentação” de Ernani Maria de Fiori, uma breve introdução do autor intitulada “*primeiras palavras*”. Está estruturado em quatro capítulos. O primeiro: *Justificativa da pedagogia do oprimido* trata da contradição opressores-oprimidos e a forma da sua superação através da libertação em comunhão; o segundo: *A concepção “bancária” da educação como instrumento de opressão*. Seus pressupostos, sua crítica. A ênfase é dada nas concepções “bancárias” e “problematizadora” da educação. Reflete sobre o homem como ser inconcluso e seu permanente movimento em busca da completude. O terceiro capítulo: *A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade*, trata da importância do diálogo, exemplifica os temas geradores como metodologia e possibilidades conscientizadoras. Finalmente no quarto capítulo: *A teoria da ação antidialógica* faz uma análise sobre a ação antidialógica que serve a opressão e a dialógica comprometida com a libertação.

A *Pedagogia do Oprimido* surgiu em um contexto sociocultural de efervescência, com movimentos diversos por toda parte: estudantis, operários, feministas, questionando os valores da sociedade e suas instituições políticas, econômicas e religiosas. Criticava-se a sociedade de consumo e repudiava-se o autoritarismo e a guerra do Vietnã. Havia muitas inquietações, golpes de estado, guerrilhas e

movimentos por libertação. “A *Pedagogia do Oprimido* confronta em primeiro lugar a negação da palavra, a falta de autonomia que desumaniza e precisa ser reconquistada” (FREIRE, 2005 p.79).

No depoimento de Ana Maria,

Paulo Freire escreveu os três primeiros capítulos da *Pedagogia do Oprimido* em apenas quinze dias porque os tinha pensado por mais de um ano. Ficou meses escrevendo o quarto e último capítulos, porque os escreveu logo após os momentos em que ia ordenando as idéias em seu pensamento (apud GADOTTI, 1996. pág. 59).

Para os estudiosos de Paulo Freire, *A Pedagogia do Oprimido*, é sem dúvida sua obra mais importante, foi traduzida e vem sendo publicada em mais de vinte idiomas. Isso prova a atualidade de seu pensamento, pois o problema da libertação dos oprimidos, principalmente com a arrancada neoliberal, continua se apresentando como o maior desafio dos homens e das mulheres que constroem o seu tempo e o seu espaço histórico.

A pedagogia do Oprimido trata a opressão como questão histórica. Essa forma de pensar a opressão surgiu em Freire como resultado de reflexões sobre suas experiências como educador no Brasil e depois no exílio no Chile. Seu compromisso central é com a libertação humana, que se instrumentaliza pelo diálogo crítico que reconhece sempre o homem como um “ser a caminho”, inacabado, em busca de sua plenitude.

A pedagogia do Oprimido constitui-se do método de libertação fundamentado especialmente na prática do diálogo, na relação educandos e educadores sob a mediação dos conhecimentos de ambos os lados, reafirmando uma liberdade recíproca. Esse método não se destinava a domesticar ou dogmatizar a realidade. Seu propósito era o da conscientização objetiva, transformando educandos em agentes críticos do conhecimento da realidade.

Sérgio Haddad faz o seguinte depoimento sobre esta obra de Paulo Freire:

Pedagogia do Oprimido é um marco no pensamento de Paulo Freire. Produzido no exílio, quando estava no Chile, país que o recebeu logo após o golpe militar no Brasil em 1964, o livro é um repensar de suas idéias e de sua prática a partir do novo contexto em que vivia. Em permanente diálogo com aqueles que o cercavam, exilados ou não, incorpora o marxismo às suas influências cristãs e nacional-desevolvimentista, refazendo sua leitura da realidade dos povos do Terceiro Mundo. Aos oprimidos deposita sua confiança e seu trabalho intelectual de educador, ao construir uma pedagogia que é politicamente comprometida com a busca permanente de uma sociedade mais justa (apud GADOTTI, 1996, p. 400).

Decorridos mais de 30 anos depois da *Pedagogia do Oprimido*, a educação popular, marcada por essa obra, continúa sendo a maior contribuição que o pensamento latino-americano deu ao pensamento pedagógico universal. É o marco teórico que continua inspirando numerosas experiências, já não apenas na América Latina, mas no mundo. Não apenas nos países do Terceiro Mundo, mas também nos países com alto desenvolvimento tecnológico e em realidade diferentes (BEISIEGEL, 2010, p.83-84).

CAPÍTULO 2

2 – TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA

Pretendemos neste capítulo descrever as raízes da Teologia da Libertação, percorrendo sobre o contexto histórico e social do seu surgimento e as motivações que a fortaleceram, as bases teóricas e seus principais expoentes. Nosso objetivo é mostrar a confluência das bases teóricas comuns dos teólogos da libertação e Paulo Freire e a influência recíproca para suas fundamentações teóricas.

Há uma série de eventos que precederam o nascimento da Teologia da Libertação. O genitivo que aparece na expressão “da libertação” mostra-nos que a libertação é o horizonte regulador do discurso acerca de Deus, e, ao mesmo tempo, mostra-nos que o Deus do discurso é fonte de libertação. Assim a Teologia da Libertação torna-se força geradora de ações que possibilitam uma práxis libertadora. Esta “libertação” tem um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social (GUTIÉRREZ, 1979, p.95).

O quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação. A libertação, então, como escrevia Boff em 1980, é toda “*ação que visa criar espaço para a liberdade*”. Ser livre, neste sentido, é não estar sob o jugo da lei alheia; é poder construir-se autonomamente. Neste sentido, a libertação no seio da América Latina, é a luta pela liberdade na cultura, e nos valores, na economia, e na política latino-americanos, frente às diversas opressões advindas de um modelo imperialista que rege as relações do hemisfério norte em suas relações com o hemisfério sul, especialmente como o povo latino-americano.

Portanto, o termo libertação foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60 e 70 do século XX. Analisando o período Alfonso Rubio acrescenta:

A linguagem *dependência-libertação* já era usada por grupos cristãos nos primeiros anos da década de 60. Na segunda metade, aumenta rapidamente os cristãos que colocam o fato da dependência no primeiro plano de sua visão do subdesenvolvimento latino-americano. É uma linguagem, contudo, que não nasceu no interior da igreja, embora o termo libertação tenha indubitavelmente ressonâncias bíblicas (RUBIO, 1977, p. 33).

Os antecedentes da Teologia da Libertação tiveram suas origens na chamada efervescência político-social; o “perigo” da ascensão do comunismo no ocidente, a revolução cubana e a repressão através da ditadura militar, como efervescência eclesial e teológica; citamos o Vaticano II e o seus desdobramento através das Conferências Episcopais as quais foram decisivas para determinar o rumo dos acontecimentos na América Latina.

Carlos Palácio, no livro organizado por Luiz Carlos Susin, intitulado *O mar se abriu, trinta anos de teologia da libertação* afirma:

A teologia da libertação seria incompreensível fora dessas circunstâncias. Antes de qualquer elaboração mais sofisticada, ela foi a necessidade vital de pensar teologicamente a experiência viva e concreta da comunidade eclesial. De uma experiência que era, ao mesmo tempo, experiência de Deus e responsabilidade pela realidade humana e social (PALÁCIO, 2000, p. 54-55).

É tarefa desta Teologia da Libertação discursar sobre Deus a partir da ótica de um processo excludente e a partir da realidade concreta dos excluídos. O teólogo da libertação, portanto, deve ter este duplo olhar: olhar para Deus e olhar para o excluído. Olhar para Deus é a fonte de toda libertação possível e o olhar para o excluído identifica onde há necessidade de libertação.

Devido à pobreza e a grande degradação do povo latino-americano, a libertação deve ser entendida como superação de um processo de exclusão; já que esta é a consequência direta da relação dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, onde milhões de pessoas empobrecem ficando a margem (excluídos) do processo econômico e político norteado pelo sistema capitalista.

Hugo Assmann (2000), grande expressão naquele período, parte da crítica do capitalismo, como “grande inimigo” assumindo do marxismo tudo o que coincidia com o cristianismo, representando as vanguardas revolucionárias. Também Clodovis Boff ao fazer uma retrospectiva do período revela:

Foi aí que fiz minha primeira descoberta teológica decisiva, que tomava, naquele contexto de extrema tensão, a seguinte formulação: se a teologia não serve para libertar o povo, para que serve?...Não podia mais conceber a teologia senão como instrumento de libertação (BOFF, 2000, p.80).

Neste contexto vários teólogos recorreram ao marxismo, nem tanto para a busca de um projeto alternativo ao capitalismo, mas como matriz teórica, para entender a gênese da opressão social. O marxismo passa a ser o método predominante na análise sócio-analítica feita pela Teologia da Libertação. Porém, como afirma BOFF, o marxismo é utilizado como instrumento, não tendo fim em si mesmo. “Na Teologia da Libertação o marxismo nunca é tratado em si mesmo, mas sempre a partir, e em função dos pobres” (BOFF, 1996, p. 45).

Em síntese, a singularidade da Teologia da Libertação reside em seu método construído a partir da realidade histórica e social, ou seja, a partir dos excluídos da sociedade (ver), iluminada pela fé cristã (julgar), visando a prática transformadora da sociedade velha, rumo a uma nova sociedade (agir). Portanto, a Teologia da Libertação e a sociedade são contidas a partir da dialética que as une, a partir da qual se constrói uma nova economia solidária, uma nova cultura pluralista, uma nova religião ecumênica.

Para entender melhor examinaremos a terminologia desta corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas na América Latina e nas periferias pobres dos países desenvolvidos a partir dos anos 70 do século passado. Um traço comum que as une é a opção preferencial pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação.

2.1 – Terminologia: Teologia da Libertação ou Catolicismo da Libertação

Os irmãos Leonardo Boff e Clodovis Boff na obra: *Como fazer Teologia da Libertação*, apresentou esta definição:

Teologia da Libertação é um fenômeno eclesial e cultural por demais rico e complexo para indicar somente teólogos de profissão. Trata-se na verdade, de um tipo de pensamento que atravessa todo o corpo eclesial, especialmente no Terceiro Mundo (BOFF, 1980, p. 25).

Os autores optam pela denominação “Teologia da Libertação” e discorrem sobre os níveis da Teologia da Libertação: profissional, pastoral e popular. O primeiro nível dessa teologia acontece nos institutos teológicos e nos seminários, é produzida por teólogos de profissão sendo mais elaborada; o segundo nível acontece nos institutos pastorais, nos centros de formação através dos pastores e agentes pastorais; é mais orgânica, adotando um linguagem mais convencional com mais rigor e severidade com relação à prática. O terceiro nível, o popular, acontece nos círculos bíblicos, nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e é promovida pelos participantes de forma espontânea e não sistematizada.

Entretanto, para os irmãos BOFF, o conteúdo fundamental é o mesmo: uma fé transformadora da história. Acrescentam que estes três tipos não são estanques ou justapostos, eles se processam de modo integrado.

Michael Löwy, na sua obra *A guerra dos Deuses – Religião e Política na América Latina*, faz as seguintes considerações sobre o termo:

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social-religioso como “teologia da libertação”, porém, como o movimento surgiu muitos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é mais apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto cultura religiosa e a rede social, quanto fé e prática (LÖWY, 2000, p. 57).

Para Löwy a “Teologia da Libertação” é a expressão intelectual do Cristianismo da Libertação.

Roniere Ribeiro do Amaral, no seu livro: *Milagre Político – Catolicismo da Libertação*, faz uma brilhante análise sobre o fenômeno que ele denomina de:

O Catolicismo da Libertação é a manifestação de um discurso católico que lança mão da mensagem bíblica (libertária, profética e evangélica) para ocupar-se de questões sociais e políticas, opondo-se basicamente, à pobreza, à injustiça e à repressão ideológica, numa palavra, à dominação desumanizadora (opressão) da consciência tecnocrática (AMARAL, 2010, p. 32).

Acrescenta ainda que a expressão “Teologia da Libertação” é “movimento eminentemente intelectual e não social, ao contrário do que representaram

estudantes católicos de esquerda e bispos progressistas – isto é, agentes mais próximos da práxis” (AMARAL, 2010, p. 37).

Diante de tais considerações concluímos que o termo “Catolicismo da Libertação” é mais correto para designar este movimento de cristãos na política, refletindo e tendo consciência da situação de opressão vivida por grande parte da população, a urgência de mudanças radicais para transformação da realidade com vistas a emancipação social. Entretanto a expressão “Teologia da Libertação” é a mais usual no meio social, acadêmico e, portanto será a expressão utilizada neste trabalho.

2.2 - Das pré-condições da Teologia da Libertação

Apresentaremos alguns aspectos da evolução do pensamento da Igreja Católica no Brasil, suas bases teológicas, movimentos a ela vinculados e a relação Estado-Igreja. A partir das leituras das obras de Beozzo (1986), Amaral (2010) e Mainwaring (2004) fizemos um apanhado dos principais acontecimentos, que a nosso ver, tiveram importância significativa para os eventos que estamos pesquisando. Não nos preocupamos muito com a cronologia dos acontecimentos e sim com a repercussão dos mesmos.

A Igreja Católica no Brasil, que durante a Colônia e Império caminhou de mãos dadas com o Estado, com a advento da proclamação da República houve um distanciamento do poder estatal. A separação foi oficializada de fato pela primeira Constituição Republicana, de 1891. A partir da separação entre Igreja e Estado, a Igreja perde por toda parte o seu poder, as elites afastam-se da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo catolicismo (AMARAL, 2010, p. 88).

Quando o Estado deixou de exercer sua tutela sobre o catolicismo brasileiro, estabeleceu-se um controle maior de Roma e aprofundou-se a romanização, ou

seja, um retorno a tradição romana suplantando quaisquer ideais de uma Igreja Nacional, seria portanto a restauração da Igreja Católica Romana.

Desde 1903 os católicos em âmbito internacional instalaram a Ação Católica que se estendeu para o mundo, ligando-se à democracia e agrupando-se às massas. O Papa Pio XI no decorrer do seu pontificado (1922-1939) incentivou o apostolado leigo, mediante cartas e recomendações a bispos de vários países, com vistas à criação de movimentos leigos, compondo em conjunto a Ação Católica. Dom Sebastião Leme publicou, em 1923, o livro *Acção Catholica*, com instruções para a organização e funcionamento de Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro (BEOZZO, 1986. p. 276).

A década de 20, período de muitas transformações no país teve como maior expressão a Semana de Arte Moderna de 1922. A partir daí, o modernismo passou a prevalecer nas artes e na literatura; surgiu a corrente verde-amarela e depois a antropofágica – eram expressões de um pensamento urbano impondo-se ao mundo rural que havia prevalecido até então. Período de emergência da classe média como agente político, início do Tenentismo, Fundação do Partido Comunista, o PCB. No âmbito católico, foi criado em 1922, por Jakson de Figueredo o Centro Dom Vital, um instituto católico pequeno, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e na política, incentivado pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme o Centro servia a reação católica diante dos novos movimentos políticos e sociais (MAINWARING, 2004. p. 46)

Dom Sebastião Leme, estimulado pelo Papa Pio XI, foi quem oficialmente criou a Ação Católica Brasileira, orientando-se inicialmente pela denominada *romanização*, conforme o padrão italiano, de cunho anticomunista. Tal modelo consistia numa estrutura conservadora, a exemplo da própria Igreja da época, com tendências políticas de direita, que foi reproduzido no Brasil ao longo dos anos 1930. Foi um período em que a Ação Católica Brasileira primou mais pelos estudos do que pela ação, saindo de seu princípio básico: a formação na ação. Configurando-se em estratégias para trazer os leigos para as práticas dos sacramentos, desvinculadas da realidade sócio-econômica e de classe, agrupando-os em movimentos com

trabalhos pastorais com moças, senhoras, rapazes etc. com vistas à arregimentação do rebanho da Igreja.

Ainda, segundo Maiwaring (2004), foram vários e importantes os movimentos criados durante este período, controlados pela hierarquia da Igreja, esses movimentos deram visibilidade e afirmaram a presença católica nas instituições e no Estado (2004, p.46).

Nos moldes da Ação Católica Internacional, surgiu em 1924, a Juventude Operária Católica – JOC como primeiro grande passo da Ação Católica, atuando com leigos em pequenos núcleos de lideranças. Com o fim do Estado Novo (1937-1945), os Círculos de Cultura perderam influência, mesmo dentro da Igreja, e cada vez mais o trabalho passou a ser realizado pela Juventude Operária Católica e pela Ação Operária Católica.

Os primeiros grupos de operários foram formados por imigrantes que vieram para o Brasil com o objetivo de trabalhar nas fazendas de café. Os trabalhadores eram portugueses, espanhóis e italianos, com predomínio deste último grupo. Na Europa, esses homens já haviam experimentado o trabalho fabril e vivido os conflitos de interesses que opõem a burguesia ao proletariado. Tinham igualmente a consciência política forjada na luta entre o Capital e o Trabalho. A sociedade brasileira recebeu esses trabalhadores com idéias políticas já amadurecidas, habituados a lutar por seus direitos. Os industriais brasileiros, pela sua origem rural, habituados que foram durante quatrocentos anos a serem donos dos seus trabalhadores, tinham dificuldade de se adaptar ao trabalho assalariado. O encontro dessas duas razões tão diferentes só poderia resultar em muito conflito, em muita violência (BEOZZO, 1986, p. 275).

A Ação Católica Brasileira, foi dirigida por Alceu Amoroso Lima, crítico literário, também conhecido sob o pseudônimo de Tristão de Athaide, convertido ao catolicismo em 1928. Alceu inicialmente tomou posição favorável à participação de católicos na Ação Integralista Brasileira, mas aos poucos foi mudando o tom de seu pensamento, tornando-se menos integralista e mais social, em consonância com o pensamento de Jacques Maritain – baseando-se no Humanismo Integral – e sob a

influência de Mounier, Lebreton e Chardin entre outros. Finalmente passou a ter uma posição “mais de esquerda”, suas orientações despertaram um novo olhar ao modelo de cristandade populista brasileiro, que se refletiu na reordenação da Ação Católica Brasileira, segundo o modelo francês-belga, bem como levou muitos católicos brasileiros a optar pelo catolicismo mais social em detrimento do catolicismo nacionalista reacionário (MAINWARING, 2004. p.47).

A crise de 29, iniciada pela quebra da bolsa de Nova York, gerou a grande depressão dos anos 30. O sistema capitalista ameaçava entrar em colapso no mundo ocidental. O avanço do comunismo e a formação e expansão do fascismo apregoavam que eram a solução para a crise. Em meio a divergências políticas e ideológicas Amoroso Lima, cria em 1929, a Ação Universitária Católica. Segundo Amaral a modernização da Igreja Latino-americana foi iniciada nos anos 30 como reação ao fascismo e por:

[...] influência do neo-tomismo, especialmente de Maritain, que convenceu a intelectualidade jovem do pluralismo religioso, do processo democrático, da defesa dos direitos individuais e coletivos e da oposição ao totalitarismo (AMARAL, 2010, p. 92).

Em consequência em 1932 é criado no Rio de Janeiro o Instituto Católico de Estudantes Superiores, transformando-se em Juventude Universitária Católica em 1937. Na era Vargas (1930-1945), a Igreja é novamente levada à condição de Igreja oficial no contexto de ideologia “desenvolvimentista” e de “populismo”. Estado e Igreja, até então separados, atuavam agora em cooperação.

Em 1932 é constituída a Liga Eleitoral Católica – LEC, um organismo eclesialístico suprapartidário cujos objetivos eram instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e o compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte. Era o braço político da Igreja influenciando também a moral cultural, enquanto pregava a moralidade cristã entre a elite. Segundo Amaral (2010), do ponto de vista social, era a classe média o alvo da Igreja, de modo que também o

clero era formado com valores dessa classe, sendo que as classes populares não faziam parte das preocupações da Igreja.

As décadas de 1930 e 1940 testificam o relativo êxito do projeto restaurador de D. Leme que significou a reentrada da Igreja na sociedade brasileira por plano sistemático e organizado. Desse projeto é a fundação da Universidade Católica Brasileira grande expressão (AMARAL, 2010, p. 95).

Ainda conforme Amaral (2010), dos anos 1920 aos anos 1960 o pensamento eclesial da Igreja Católica sofreu uma grande transformação. As novas idéias que floresceram advinham do retorno às fontes originárias (da bíblia e da Igreja nos primeiros séculos da era cristã) e da necessidade de responder às novas exigências do mundo moderno, tais como: as alterações na estrutura familiar, o contexto industrial, o surgimento da classe operária, a luta pela paz frente às guerras mundiais. Tratava-se de uma renovação teológica numa perspectiva da Doutrina Social da Igreja, que buscava responder/confrontar com a ideologia marxista, o humanismo cientificista, o nazismo, o fascismo, os questionamentos frente ao posicionamento da Igreja.

A evolução do pensamento de setores da intelectualidade católica repercutiu de tal forma na Ação Católica que, em 1943, os futuros fundadores da reacionaríssima Tradição, Família e Propriedade - TFP, denunciaram o “modernismo” de que estaria impregnada a Ação Católica. É importante destacarmos que nem sempre os movimentos de leigos e de base atuaram como forças progressistas. Muitos movimentos leigos conservadores e reacionários dificultaram as mudanças na Igreja a exemplo da TFP – Tradição, Família e Propriedade que se originou no Brasil e foi influente nas pressões que desencadearam no golpe de 1964 (MAINWARING. 2004. p.92).

Luiz Alberto Gómez de Souza, no seu artigo *As várias faces da Igreja Católica*, destaca:

De 1930 a 1945, podemos detectar duas presenças significativas: D. Leme no episcopado, Amoroso Lima no laicato. Mas em 1943 faleceu D. Leme e logo depois, Amoroso Lima abandonou a direção da Ação Católica, por incompatibilidade com o novo arcebispo do Rio de

Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara. Vai surgindo neste momento outra figura, que será central na Igreja dos próximos anos, o então sacerdote Hélder Câmara, vindo de Fortaleza {...} nomeado em 1947 Assistente Nacional da Ação Católica (SOUZA , 2004 p. 78).

Tratava-se de um novo período, sob as orientações do Papa Pio XII, cujo governo foi de 1939 a 1958. Nessa época foi instituído um novo papel para o leigo na Igreja, um laicato com responsabilidades de engajamento total com a vida em sociedade. Os teólogos progressistas europeus: Maritain, Lebreton, Emmanuel Mounier e Pe. Yves Congar eram influentes no início desse processo pois conclamavam aos leigos a lutarem pelas causas do povo. A filosofia por eles apregoada levou a Ação Católica Brasileira a direcionar seu olhar para a realidade social das classes populares, deixando de lado a concepção individualista de salvação e apontando para uma perspectiva de homem numa dimensão comunitária, na relação com as estruturas sociais e com os outros homens. Acrescenta ainda, que “a esquerda católica fez muito mais do que introduzir o pensamento social europeu na Igreja brasileira.” Ela aplicou idéias européias às condições brasileiras e desenvolveu uma nova concepção da missão da Igreja (MAINWARING. 2004, p. 93-94).

A ação católica através dos seus setores, principalmente de jovens, do mundo rural a Juventude Agrária Católica – JAC; do setor estudantil a Juventude Estudantil Católica – JEC; dos independentes a Juventude Independente Católica - JIC; dos operários a Juventude Operária Católica – JOC e dos universitários a Juventude Universitária Católica - JUC, esses movimentos foram responsáveis por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença na sociedade mais ampla, com destaque para a Juventude Universitária Católica, participando intensamente da política universitária e fornecendo quadros dinâmicos para a educação popular.

A Juventude Universitária Católica – JUC, foi criada em 1930 como parte da Ação Católica Brasileira – ACB. Inicialmente se apresentava como um movimento conservador, cujo objetivo era cristianizar a elite. A partir de 1950 torna-se mais autônoma vai gradativamente se radicalizando, envolvendo-se mais na esquerda brasileira, vivenciando sua nova visão de fé. Em função da sua participação numa política mais ampla contraria a direita católica que lhe impõe sanções e represálias

por sua excessiva politização. Apesar do apoio dos moderados a JUC entra em declínio quando finalmente se dissolve em 1966 devido ao seu descontentamento com a hierarquia (MAINWARING, 2004, p. 84-85).

Segundo, Mainwaring (2004) a década de 1950 é cenário das grandes transformações. O Brasil não era mais uma nação rural, mas urbana; também cresceram a taxa de alfabetização e o setor de serviços. Nesta sociedade urbana, a sacralidade da cultura, formada, então pelo próprio catolicismo, diminuiu. Para a Igreja, as décadas de 40 e 50, assistiram à procura de novas formas de organização da hierarquia: encontros regionais de bispos começaram a acontecer, 'à sombra da Ação Católica', acolhendo o germe de uma união mais efetiva do episcopado brasileiro, culminando na criação da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 14 de outubro de 1952, com a participação de preladados, sacerdotes, religiosos e leigos engajados, que atuaram decisivamente, entre outros aspectos, no surgimento do Movimento de Educação de Base - MEB em âmbito nacional.

O projeto populista, entendido aqui como a política fundada na atração das classes populares, acabou facilitando uma reconciliação da Igreja com o Estado e com as classes dominantes: as oligarquias agrárias ficaram enfraquecidas, em função da efervescência dos movimentos sociais, amenizando assim os ataques antiliberais por parte da Igreja e os discursos anticlericais por parte da burguesia e dos liberais. O projeto populista de Vargas (1950-1954) precisava do auxílio da Igreja, ou pelo menos, não tê-la como inimiga, uma vez que quase toda a população brasileira se declarava católica.

A hierarquia nunca endossou Vargas de uma maneira oficial, mas a maioria dos bispos, padres e leigos militantes apoiava o governo. [...] A ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas (MAINWARING, 2004, p 47).

Ainda segundo Mainwaring (2004), despontaram nesta Igreja do século XX, na América Latina e Brasil, novos grupos de elite católica, sendo os "pastores" bispos e clérigos dedicados à constituição de congregações centradas na adoração, formando corpo espiritual com sacerdotes e sacramentos. Os "tradicionalistas" valorizavam especialmente a moral e a espiritualidade individuais, a submissão à

hierarquia, os sacramentos e o afastamento da política. Os “pluralistas”, cuja principal característica era a preocupação acentuada com a justiça social e o desenvolvimento humano, eram ligados ao chamado “catolicismo social”, tendo D. Hélder Câmara como sua figura expressiva.

A tarefa essencial dos “pluralistas” era o “empreendimento comunitário dirigido para o desenvolvimento econômico e para a integração social, onde a preocupação está voltada para o pobre o explorado” (AMARAL, 2010, p. 102). É desse grupo que surgem os progressistas dentro do Catolicismo.

A chamada esquerda católica ou laicato católico de esquerda, como movimento de leigos, já atuavam na Igreja desde 1958, tendo grande relevância no processo de mudança da Igreja no Brasil. Para Amaral (2010), em virtude da secularização universal tanto a esquerda católica quanto o Concílio são frutos das alterações internas à Igreja Romana.

Em 1961, é criada a Ação Popular, como alternativa política para os ex-membros da Juventude Universitária Católica, fortemente marcada pela origem humanista-cristã. “A Ação popular via a revolução como único meio de resolver os problemas da sociedade” (MAINWARING, 2004. p. 86). Propunha a alternativa socialista e mobilizava as massas, pela educação, conduzindo à luta revolucionária. Distinguiu-se dos outros movimentos católicos por sua afinidade com o marxismo.

‘O cristianismo da libertação latino-americano não é apenas uma continuação do anticapitalismo tradicional da Igreja, ou de sua variante da esquerda católica francesa. Ele é basicamente a criação de uma nova cultura religiosa, que expressa as condições específicas da América Latina: capitalismo dependente, pobreza em massa, violência institucionalizada, religiosidade popular (LOWY. 2000, p. 55).

O segundo pós-guerra colocou para a Igreja Católica, graves e novos problemas que possibilitaram o questionamento sobre o significado religioso. A expansão do comunismo na Europa Central, na China e em Cuba, influenciou sobremaneira a América Latina, asfixiada por suas estruturas semifeudais; a posição da América Latina que carecia imensamente de padres e estes, em sua maioria, eram

estrangeiros ou saídos da classe privilegiada; a passagem a partir de 1930 da transformação da estrutura agrária-rural para industrial-urbana, levou a Igreja a ver a necessidade de superação da miséria e do empobrecimento do povo. Numa época de tomada de consciência em âmbito mundial, da realidade do subdesenvolvimento e das mazelas provocadas pelo capitalismo, setores da Igreja e parte de grupos católicos organizados iniciaram um deslocamento no sentido de uma aproximação das camadas populares (urbanas e rurais) desenvolvendo um conjunto de práticas que indicavam uma aliança efetiva com o povo, principalmente dos trabalhadores urbanos e os do campo (MAINWARING, 2004, p. 123).

A Igreja apresenta-se mais crítica ante o capitalismo e cética em relação á mudança social por meio dele. Em 1970 quando D. Paulo Evaristo Arns assumiu a arquidiocese de São Paulo, confirma-se o desenvolvimento da Igreja, priorizando as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os pobres e a defesa aos direitos humanos. Depois de nomeado cardeal pelo papa Paulo VI, em 1973, D. Paulo Arns criou a Comissão de Justiça e Paz a fim de proteger os direitos humanos. Esse processo de aproximação do povo teve seu auge com a declaração da opção da Igreja pelos pobres, em 1968 em Medellín e em 1979 no documento de Puebla.

Segundo o teólogo Gustavo Gutiérrez (1979) foi na Juventude Universitária Católica que a Teologia da Libertação foi gestada por meio de uma prática política. “Não foi a existência da pobreza, mas, sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político” ((MAINWARING, 2004. p. 56).

Mesmo considerando a expressão ‘pré-condição’ como um conceito questionável, entendemos que todos os acontecimentos relatados, tiveram uma importância no processo de formação da Teologia da Libertação, ademais as discussões acerca do conceito de progresso, modernidade e a situação de opressão dos povos Latino-Americanos era objeto de contínua reflexão. Visando uma compreensão melhor da situação econômica buscamos alguns esclarecimentos sobre as teorias econômicas da época.

Jung Mo Sung (1994) faz um paralelo entre os vários autores que destacavam a teoria do desenvolvimentismo ou teoria do desenvolvimento como sendo o crescimento econômico medido em termo do Produto Interno Bruto, através da substituição das importações, ou seja através de investimentos industriais, não havendo evidentemente consenso entre os estudiosos sobre uma definição (p.30).

Quanto à teoria da dependência Sung (1994) postula: “a teoria da dependência não foi uma teoria homogênea, como nenhuma corrente de pensamento é” [...] “encontramos duas posições a respeito da viabilidade ou não de um desenvolvimento econômico dentro do capitalismo” (p. 40). E finaliza:

Neste sentido, podemos dividir os teóricos da dependência em dois grupos: os que dizem que é inviável um desenvolvimento dentro do sistema capitalista internacional e, por isso, propõe a revolução socialista como o único caminho (Theotonio dos Santos, Rui M. Marini e André G. Frank) e os que não concordam com essa tese (Celso Furtado, Fernando H. Cardoso e Enzo Falleto, Maria da C. Tavares, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel) (SUNG, 1994, p. 41).

2.3 – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e o Movimento de Educação de Base – MEB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB , foi fundada em 14 de outubro de 1952, sob liderança de D. Hélder Câmara e com o apoio do futuro Papa Paulo VI, Monsenhor Giovanni Montini. A CNBB nasce com a finalidade de implantar o reformismo católico, despertando o laicato para atuação dentro da Igreja.

Segundo Amaral (2010) a CNBB foi criada por razões administrativo-dominativas, isto é, para a influência da prática religiosa em um país extenso e com grande número de dioceses e é vista como principal agente católico sendo a autoridade máxima da Igreja brasileira.

Desde 1964 sob regime da ditadura militar, a CNBB representava, já na década de 1970, uma “força de oposição” contra essa situação. Para Mainwaring:

Foi uma das primeiras conferências episcopais nacionais do mundo e a primeira da América Latina. Desde o seu princípio, a CNBB tem sido muito importante na Igreja Brasileira. Legitimou algumas práticas, desencorajou e até proibiu outras, facilitou a comunicação dentro da Igreja e estimulou ou impediu várias tendências eclesiais (2004, p.67)

Foram mudanças muito significativas em especial a implementação da doutrina social da Igreja. Dentre as quais destacamos o Movimento de Natal para a educação de adultos na Arquidiocese de Natal; a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, nas favelas do Rio de Janeiro e o Movimento por um Mundo Melhor (MMM). Essas iniciativas significavam a aceitação da secularização, a crítica sobre as desigualdades sociais. Estas ações promoviam soluções com vistas a aliviar e superar a miséria, rompendo assim com as práticas tradicionais de aceitação da pobreza (MAINWARING, 2004, pág. 67).

2.3.1 – O Movimento de Educação de Base – MEB

O Movimento de Educação de Base – MEB, foi criado em 1961 por acordo entre o governo do presidente Jânio Quadros (1961) e o bispo D. José Távora, amigo de D. Helder, de Aracaju. O Estado era financiador e a Igreja o executor de um programa de educação básica por escolas radiofônicas em regiões menos desenvolvidas. Segundo Amaral (2010) “em 1962, o MEB se manifesta pela transformação radical da sociedade e a educação seria instrumento para alcançar este objetivo.”

Segundo Osmar Fávero (2006) as origens do MEB remontam das experiências de educação pelo rádio realizadas pelos bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950. Seu objetivo era desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente com o apoio da CNBB que colocaria a disposição as emissoras católicas. Promovendo a criação do MEB, a Igreja católica aliava-se a ao Estado na difusão da ideologia da ordem e da

segurança, acenando para a diminuição das desigualdades econômicas e sociais através do desenvolvimento.

A partir do início dos anos 60, além do MEB, nasceram os movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil: Movimento de Cultura Popular - MCP (Recife/PE), Campanha “*De pé no chão também se aprende a ler*” (Natal/RN), Centro Popular de Cultura - CPC, criado pela União Nacional dos Estudantes - UNE, Campanha de Educação Popular da Paraíba - CEPLAR, e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos foram realizadas no MCP e sistematizadas no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife; viabilizaram a experiência de Angicos, que projetou Paulo Freire em plano nacional, para a realização do Programa Nacional de Alfabetização - PNA, objetivando alfabetizar cinco milhões de pessoas.

A trajetória do educador Paulo Freire foi notória marcada por seus trabalhos na educação de adultos analfabetos. Em maio de 1960, participou do início do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, importante movimento cultural criado pelo prefeito Miguel Arraes. Em 1962 assumiu a direção do recém-criado Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife. Em meados de 1963, por indicação do ministro Paulo de Tarso, foi presidente da recém-criada Comissão Nacional de Cultura Popular, e em março de 1964 assumiu a coordenação do Programa Nacional de Alfabetização, com a utilização do “método Paulo Freire” de alfabetização de adultos.

Para discorrermos sobre a trajetória do MEB é importante pensarmos como era a educação nesta época. Qual a finalidade explícita das campanhas de alfabetização? O que a Pedagogia de Paulo Freire trouxe de novo? Para respondermos a tais indagações é preciso refletir sobre o contexto de um governo populista que mobilizava as massas e buscava ampliar o número de votantes através das campanhas de alfabetização. Como veremos nas próximas páginas o diferencial do método Paulo Freire foi a não conformidade com o projeto de manipulação, pelo contrário na concepção de educação de Paulo Freire a democracia não podia significar apenas preparar para a conversão do analfabeto em eleitor. Criticava

severamente a educação atual chamando de “verbosa”, “palavresca” “assistencializadora” e propondo: “uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito àquela participação” (FREIRE, 1967, p.100).

Paulo Freire modificou o caráter apenas alfabetizador da educação popular e passou a trabalhar também com a conscientização crítica e libertadora do educando. O MEB assumiu nova visão de realidade, com base em nova visão de mundo, a partir de determinado conceito de homem e determinada concepção de história. A partir da noção de “conscientização” ajudava o povo a ver seus problemas não de forma pontual mas como conseqüência de uma situação mais abrangente. Para Paulo Freire, a educação deve tornar o homem consciente de sua liberdade e do mundo. Segundo ele a conscientização possibilita a inserção do homem no processo histórico como sujeito, buscando sua afirmação e não fanatismos destrutivos (FREIRE, 2005, pág. 24).

O MEB era composto por leigos que provinham dos quadros da Ação Católica motivados pelo engajamento profissional, pastoral e político. O embasamento teórico provinha também da produção do Pe. Henrique de Lima Vaz, que desenvolveu vários cursos para a Juventude Universitária Católica – JUC e assessorou a criação da Ação Popular, assim como a fundamentação teórica do sistema Paulo Freire que foi divulgada intensamente por todo o país, a partir do segundo semestre de 1963 e principalmente no início de 1964 (MAINWARING 2004).

O MEB esteve no cenário sócio-religioso desde seu começo, 1961, até a segunda metade de 1966. Ele era organização promovida pela Igreja, sustentada por recursos estatais e ativos nas áreas rurais. Seus programas eram transmitidos por rádio e enfatizavam a alfabetização e formas de autopromoção dos camponeses. Por meio do MEB, a igreja envolveu-se ativamente na promoção da mudança social. “O MEB introduziu a idéia de que a tarefa principal do catolicismo era a realização dos seres humanos” (AMARAL, 2010, p.104).

Uma das principais inovações do MEB para o campo sócio-religioso foi o desenvolvimento de pastorais transformadoras junto às classes populares e a

tentativa de trazer o povo para o centro da tomada de decisão; este movimento também deu início às assembleias diocesanas levadas a cabo por bispos progressistas, desde o final da década de 1960 e na década de 1970. O movimento difundiu a noção freireana de que o povo deveria ser autônomo na condução das soluções para seus problemas, o que corresponde à noção de libertação.

A sobrevivência do MEB, como experiência única de educação, ao golpe militar de 1964, foi devido à proteção da Igreja. Ele deveria, por isso, em retribuição, conter seus impulsos emancipatórios, o que não impediu de realizar sua marca progressista (AMARAL, 2010, p. 104).

Tanta influência quanto a JUC e a AP na transformação da Igreja brasileira exerceram também o método pedagógico Paulo Freire e o, nele embasado MEB. Estes estavam comprometidos com a transformação da sociedade, no entanto, a elaboração de noções teológicas que condensassem princípios práticos não foi preocupação deles, ao contrário do que se deu na JUC (AMARAL, 2010, p. 104).

O MEB não portou caráter explicitamente cristão, até porque isso não seria viável, uma vez que o movimento recebia subvenção pública de um Estado de natureza laica.

Parte da edição do livro de leitura *Viver é lutar*, para recém-alfabetizados das escolas radiofônicas do Nordeste, com forte conteúdo de conscientização, foi apreendida pela polícia política do então estado da Guanabara, cujo governador era Carlos Lacerda, em meados de fevereiro de 1964, desencadeando uma campanha contra os “bispos progressistas”, com grande repercussão em todo o MEB.

Com a crise de 1964 o MEB precisou reduzir bastante a sua radicalidade perdendo muito da sua vitalidade, Após 1966, o MEB sacrificava as idéias e o engajamento do passado. Na perspectiva dos progressistas do MEB, cuja maioria dele se distanciou entre 1964 e 1967, o golpe militar iniciou a história de traição e comprometimento no movimento. Para Amaral (2010), o movimento deveria ter sido extinto, inclusive com repúdio à hierarquia e ao governo.

2.4 – As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e os Círculos de Cultura.

As comunidades Eclesiais de Base – CEBs , foram formadas por pequenos grupos de vizinhos pertencentes à mesma comunidade cristã, oriundos de setores populares, favela, aldeia ou zona rural, que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, enfim para momentos de oração e de celebração de sua fé, mas também de reflexão sobre seus problemas concretos de trabalho saúde, educação, direitos humanos. Fazem leitura da Bíblia e discutem à luz da sua própria existência.

As CEBs contribuíram extraordinariamente para a criação e desenvolvimento de movimentos sociais. Amaral postula que “O objetivo das CEBs era a manutenção de relações humanas mais estreitas. Elas faziam parte de estratégia de aproximar a Igreja do povo e não de ser alternativa a ela” (AMARAL. 2010. p. 108). As CEBs eram parte da Igreja, intimamente ligada ao clero e nunca se posicionou como concorrente a hierarquia da Igreja.

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, a partir da década de 60, foi uma grande mudança na relação e na estrutura institucional da Igreja. Contribuindo sobremaneira para participação social uma vez que a experiência dessas comunidades estimulava a politização dos seus membros possibilitando que vários de seus líderes entrassem para os partidos de trabalhadores ou frentes revolucionárias. É consenso entre vários autores a importância das CEBs, pois as várias lutas importantes pela democracia e pela emancipação social na América Latina nos últimos vinte e cinco anos só foram possíveis graças a contribuição das CEBs e do Cristianismo da Libertação.

Para Clodovis Boff nas Comunidades Eclesiais de Base emergem a consciência de que são lugares privilegiados de que vivem além da dimensão “libertadora” a dimensão comunitária e por que não dizer democrática de toda igreja. Segundo ele:

“As CEBs não são, por certo, o “único” modo de ser igreja, mas sim um “novo” modo de ser igreja, constituindo, nesse sentido, “comunidades proféticas” ao lado de outras e no seio da grande igreja” (BOFF, 2000, p. 94).

Os projetos preferidos pelas CEBs são empreendimentos de cooperativas locais, com técnicas tradicionais ou semimodernas, empregando pouco capital e muita mão-de-obra. As CEBs também compõem o quadro institucional da Igreja Popular sendo elas, geralmente formadas de 15 a 25 participantes, que se reúnem uma vez por semana para atividades devocionais e de discussões sobre questões sociais.

A hierarquia emitiu documentos em apoio à criação e manutenção das CEBs, mas o comprometimento se deu por parte de religiosos e do laicato.

O surgimento das CEBs refletiu mudanças na forma e na liderança do processo de inovação eclesial. A transformação recente da Igreja brasileira iniciou-se nos anos 50 e culminou com o surgimento da esquerda católica. Havia três agentes principais: os jovens radicais, os bispos progressistas e os progressistas nas bases (MAINWARING, 2004. p. 129).

O autor acima citado faz uma reflexão sobre a consolidação das estruturas eclesiais a partir da década de 70 e afirma que as comunidades além de serem grupo de devoção têm peso político, pois quando o Estado reprimia os sindicatos e as associações de bairro era nas CEBs onde as pessoas se organizavam para discutir valores e necessidades políticas. Cita outras estruturas igualmente importantes como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, tendo bastante evidência no Amazonas e no Nordeste oferecendo serviços legais, denunciando injustiças e encorajando a criação de sindicatos rurais, estimulando a renovação pastoral e oferecendo cursos sobre a fé e a política. “Pelo final da década de 70 e no início dos anos 80, enquanto avançava a abertura política nos centros urbanos, a CPT tornava-se a instituição da Igreja mais envolvida em conflitos com o Estado” (MAINWARING, 2004. p. 201) destacando outro importante produto dos agentes pastorais do Amazonas o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, que não busca a conversão dos índios ao catolicismo, mas presta-lhes serviços, defendem seus direitos jurídicos e dão ampla divulgação aos seus problemas.

Para tratarmos sobre os Círculos de cultura, é importante destacarmos que o método de alfabetização Paulo Freire começou a ser gestado no Movimento de Cultura Popular - MCP, fundado em 1960, através dos chamados “Círculos de Cultura”. Segundo depoimento de Paulo Freire, o Círculo de Cultura era uma experiência em que trabalhavam duas, três ou até vinte pessoas. Não havia uma programação feita com antecedência, a programação vinha da consulta aos grupos, que estabeleciam os temas a serem debatidos nos Círculos de Cultura. Cabia aos educadores tratar a temática que o grupo propunha. Segundo ele: Os Círculos de Cultura eram espaços em que dialogicamente se ensinava e se aprendia. Em que se conhecia em lugar de se fazer transferência de conhecimento (FREIRE, 1994, p.155).

Os trabalhos eram realizados com cuidado e seriedade, voltados para a construção de currículo com base na cultura dos participantes.

O ‘convite’ de Freire ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em determinada sociedade. Convida o analfabeto a sair da apatia e do conformismo de “demitido da vida” em que quase sempre se encontra e desafia-o a compreender que ele próprio é também um fazedor de cultura, fazendo-o apreender o conceito antropológico de cultura. O “ser menos” das camadas populares é trabalhado para não ser entendido como desígnio divino ou sina, mas como determinação do contexto econômico-político-ideológico da sociedade em que vivem” (GADOTTI, 1996 p. 37).

Paulo Freire considera o homem um ser relacional, criador de cultura. Para ele o conhecimento só se constrói no diálogo, necessário a uma prática pedagógica democrática. Assim quando falamos de Círculos de Cultura devemos pensar no encontro entre pessoas ou grupo de pessoas que visam um processo de ensino-aprendizagem, qualquer que seja o espaço onde isto aconteça, dentro ou fora da escola, dentro ou fora da sala de aula ou em outros espaços onde acontece o encontro entre pessoas que aprendem e que ao fazê-lo ensinam algo umas às outras.

O método Paulo Freire foi adotado por quase todos os movimentos envolvidos na prática da educação popular no país pelas suas características simples, pela clara realização nas práticas cotidianas e também pela defesa na necessidade de conscientização. Portanto, o método surgia como resposta à procura de um

instrumento adequado de atuação para os diferentes movimentos envolvidos na busca de construção de uma sociedade mais justa no país.

Paulo Freire, pressupõe uma dimensão altamente crítica junto a uma necessidade de superação da “consciência ingênua” que se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e por isso capaz de entendê-los para uma “consciência crítica” que se daria através do aprendizado e da leitura e da escrita como uma chave para que o analfabeto inicie no mundo da comunicação, percebendo a representação das coisas e dos fatos como se dão na realidade. Em outras palavras a consciência ingênua é a consciência da existência bruta, articulada diretamente com as coisas e por isso mesmo destituída de subjetividade e de perspectiva de história, já a consciência crítica, caracterizada pelo desprendimento ativo das coisas, pela aquisição de liberdade diante delas. Essa modificação de consciência afetaria o indivíduo na percepção dos fatores históricos sendo capazes de refletir sobre os mesmos e se colocando como sujeitos capazes de conduzi-los (BEIGIESEL, 2008, p.50).

No que diz respeito à invasão cultural, Paulo Freire afirma que a estratégia de conquista e dominação está ligada ao antialogismo: ou seja, é a “cultura do silêncio”. O dominador pretende conquistar de qualquer maneira, e, para isso, hospedar cultural e existencialmente, no oprimido, que permanece conquistado, sem perceber que está dominado. A palavra do oprimido, como a palavra da comunidade é essencial, mas o conquistador, ao contrário, ganha um terreno cada vez maior ao roubar do oprimido o direito da fala.

2.5 – Precusores imediatos da Teologia da Libertação

Chamamos de precusores imediatos, pois como precusores distantes, temos desde os movimentos da Ação Católica até o Movimento da Educação Popular. De uma forma bastante simplificada podemos resumir o início dos anos 60 como um período de sonhos e utopias em busca de uma sociedade mais justa. Marcados pelo autoritarismo do Regime militar, os anos 70 surgem como anos de lutas, de resistências coletivas, de resgate aos direitos de cidadania. Na visão de Catão

(1996), a tese fundamental da Teologia da Libertação está ligada à libertação dos oprimidos no mundo latino-americano. “a libertação dos oprimidos no contexto latino-americano é a realidade da salvação de Deus presente no mundo” (CATÃO, 1986. p. 68). Neste contexto a religião precisou se tornar mais pessoal para sobreviver e a fé também precisou ser mais engajada.

Refletindo sobre que colaboração traz o cristianismo na prática, constatamos que, buscando inspiração na fé e no Evangelho, muitos cristãos se lançaram numa ação junto aos pobres ou se associaram às lutas em curso para um compromisso contra a pobreza em favor da libertação de todo homem e do homem todo, fazendo o que foi denominado como Teologia da Libertação.

Considerando três fatores: situação política econômica e social do continente; desenvolvimento do marxismo, como instrumento de análise social e as mudanças no âmbito da Igreja Católica a Teologia da Libertação surge como uma reflexão crítica contra as situações de opressão. Clodovis Boff refletindo sobre a realidade, enumera três níveis dessa opressão: o primeiro, o social é entendido pela opressão coletiva, exclusão e marginalização; o segundo, o nível humanístico pela injustiça e negação da dignidade humana e o terceiro, o nível religioso vindo como pecado social a realidade vigente. Faz ainda uma denominação de pobres, como sendo o coletivo das classes populares, afirmando ser os oprimidos, os operários explorados dentro do sistema capitalista, os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo, os peões e posseiros do campo, os bóias frias como mão de obra sazonal (BOFF, 1985, p.14-15).

Portanto, a Teologia da Libertação visava ultrapassar o assistencialismo que via o pobre como objeto de caridade e o reformismo que tentava melhorar a vida dele, mas mantendo o mesmo tipo de relações sociais. Nesse processo de libertação, os oprimidos se unem entram num processo de conscientização, descobrem as causas de sua opressão, organizam seus movimentos e agem de forma articulada.

Entretanto, existe uma crítica, quanto à visão do pobre apenas no aspecto sócio-econômico, pois o oprimido possui muitos rostos. Deve-se superar uma concepção exclusivamente “classista” do oprimido como se este fosse apenas o

socioeconômico. Na fila dos oprimidos encontramos também mais que somente os pobres, existe também a opressão racial (étnica e sexual).

Existem alguns equívocos quanto ao surgimento, propriamente dito da Teologia da Libertação, comungamos da mesma opinião de Catão (1986) que considera como o germe da teologia da libertação a encíclica de Leão XIII, em 1891. “Em termos históricos e dialéticos, pode-se dizer que a *Rerum Novarum* trazia em seu bojo a Teologia da Libertação” (p.19). Mas o que foi a *Rerum Novarum*? É um apelo concreto, dirigido aos cristãos, para se empenharem na solução da questão social. “Os cristãos eram chamados a lutar contra a injustiça que oprimia os trabalhadores, resultado do sistema capitalista” (CATÃO, 1986, p.20). Outros estudiosos, no entanto, afirmam que a Teologia da Libertação nasceu da influência de três frentes de pensamento: *O Evangelho Social das Igrejas norte-americanas*, especialmente através do missionário presbiteriano Richard Shaul. *A Teologia da Esperança* do teólogo reformado Jurgem Moltan e da *Teologia Política* do teólogo católico Johann Baptista Metz da Europa e do teólogo Batista Harvey Cox dos Estados Unidos.

Só em 1968 apareceram as primeiras obras propriamente ditas, algumas fontes apontam a obra de Rubens Alves – *Da Esperança* – como o marco do nascedouro da Teologia da Libertação. José Comblim (teólogo belga radicado no Brasil) publicou em 1970 – *Teologia da Revolução* e o peruano Gustavo Gutiérrez publica *Teologia da Libertação* em 1971; Leonardo Boff, em 1972, publica *Jesus Cristo libertador*. Hugo Assman (1970) publica “*Teología desde la praxis de la liberación. Una evaluación prospectiva*”.

A influência Protestante, na Teologia da Libertação, se dá especificamente na Teologia Liberal cujos interesses eram comuns, buscavam se destacar pela crítica social e pelas ciências sociais de modo que a herança do cristianismo antigo era bastante criticada. Assim a Teologia Liberal e a Teologia da Libertação queriam separar a igreja do estado dominador, queriam restituir o significado do cristianismo pela mensagem ética de Cristo. Houve divergências, embora não se possa negar o fortalecimento recíproco e a motivação da época, assim como as reações que provocou (RUBIO, 1977, p. 15).

A Teologia Liberal foi mais crítica e menos objetivamente envolvida com os problemas sociais. Sendo a Teologia da Libertação mais sensível as necessidades da pobreza enquanto a Teologia Liberal estava mais voltada as elites, aos problemas intelectuais e a fórmulas teológicas.

2.5.1 - Concílio Vaticano II (1962-1965)

Para iniciarmos sobre este importante episódio da nossa história convém explicitar a importância dos Concílios para as sociedades. A Igreja Católica, desde seu nascimento, realizou periodicamente grandes encontros, reunindo todos os bispos do mundo. Esses encontros são chamados Concílios Ecumênicos, trata-se de um encontro solene da hierarquia da Igreja Católica e tem como objetivo discutir, deliberar e promulgar textos fundamentais para o desenvolvimento da Doutrina Católica, tendo sempre como referência a Bíblia Sagrada e a Tradição do Magistério romano. Ao longo desses vinte séculos de cristianismo, houve vinte e um concílios ecumênicos. O Concílio Vaticano II foi assim denominado por ter sido o segundo celebrado na Basílica de São Pedro no Vaticano.

O Concílio ecumênico convocado em 25 de dezembro de 1961, reunindo-se por quatro anos seguidos, em quatro sessões de dois a quatro meses cada uma, publicou uma série de documentos tratando dos problemas da humanidade, buscando a renovação da igreja e de sua relação com o mundo. Adotou o conceito de Igreja da comunidade, em detrimento da Igreja do poder e da hierarquia, tornou-se importante fundamentação para a Teologia da Libertação, pois a eclesiologia que preconizou, deixou de ser contra o mundo e suas transformações.

Presidido primeiro pelo Papa João XXIII, cujo pontificado foi 1958 a 1963, depois de sua morte foi substituído pelo Papa Paulo VI, que foi o pastor da Igreja Católica de 1963 a 1978. O Concílio Vaticano II foi eminentemente um “concílio pastoral” não definiu dogmas ou novos pontos doutrinários mas propôs novas formas de evangelização, bem como o rito da missa visando uma maior participação dos fiéis. O concílio representou um ponto de partida para mudanças significativas na Igreja Católica. Sua interpretação não é tarefa fácil, mas suas mudanças foram importantíssimas para superar os paradigmas da Reforma Protestante e da

modernidade. Reconheceu que a igreja estava dividida e havia necessidade de uma reforma constante, adotou-se uma atitude ecumênica, dando ênfase nas ações comunitárias, valorizando o laicato, adaptando-se as devoções populares. Assumindo a modernidade o concílio reconhecia a liberdade de consciência e dos direitos humanos em geral, aceitando o princípio de salvação fora do cristianismo, admitiu a cumplicidade no anti-semitismo, adquirindo uma nova atitude em relação ao Islã e outras religiões. Assumiu atitudes positivas em relação ao progresso da modernidade, ou seja, ao mundo secular (GUTIERREZ, 1979).

O Concílio Vaticano II representou a busca pelo restabelecimento do diálogo da Igreja com o mundo, foi o caminho para não perder sua influência sobre o mundo. Segundo Mainwaring (2004) “tanto para os críticos como para os partidários, o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcava um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano” (2004. p. 62).

O Concílio acentuava que a Igreja era do povo de Deus, enfatizando a co-responsabilidade mais do que a hierarquia. [...] No Brasil, o papel do leigo começou a se alterar durante a década de 50 e no início dos anos 60. Alguns movimentos leigos, especialmente a Juventude Universitária Católica (JUC), criticavam as falhas da instituição em suas tentativas de dinamizar o trabalho com o laicato (MAINWARING. 2004.p.70).

A Constituição Dogmática *Lumen gentium* (Luz dos Povos) e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança) prevê uma maior participação dos leigos comprometendo-se com os problemas sociais. A mais importante Carta Encíclica de Paulo VI sobre o desenvolvimento, *Populorum Progressio*, adverte que as nações ricas eram relativamente responsáveis pelos problemas do Terceiro Mundo, criticando o colonialismo e a busca desenfreada pelo lucro do capitalismo (MAINWARING, 2004, p. 23).

O Concílio Vaticano II representou a busca pelo restabelecimento do diálogo da Igreja com o mundo, foi o caminho para não perder sua influência sobre o mundo. Segundo José Comblin as igrejas latino-americanas permaneceram profundamente conservadoras até as vésperas do Vaticano II. “O Vaticano II despertou a imaginação e as utopias [...] Pensou-se que a Igreja ia mudar que a cristandade estava morta e que a Igreja ia ser a Igreja dos pobres (COMBLIN. 2000, p.183).

2.5.2 – CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano

O CELAM, que tem sua sede em Bogotá, foi criado na I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida no Rio de Janeiro em 1955. O objetivo da criação deste conselho era o de estudar os problemas que interessam à Igreja na América Latina, coordenar as atividades e preparar novas conferências do Episcopado Latino-Americano. A criação deste organismo é considerada a principal contribuição da Conferência do Rio de Janeiro.

Uma característica forte das conferências é que elas são constituições territoriais nacionais, destinadas a promover um trabalho pastoral conjunto. A conferência Episcopal da América Latina - CELAM é uma particularidade, já que ele reúne diversas nações. É composto por 22 países, os dirigentes são eleitos a cada quatro anos por uma Assembléia Ordinária. O CELAM sugere, mas é o Papa quem aprova o tema, a data e o local de realização de cada conferência. Desde a sua criação já aconteceram 5 Conferências, a primeira no Rio de Janeiro, ocorreu de 25 de Julho a 04 de agosto, logo após a 2ª Guerra Mundial, período bastante conturbado. A 3ª e a 4ª Conferência serão nosso objeto de estudo da qual discorreremos a seguir, mas para conhecimento a 4ª Conferência aconteceu em Santo Domingo e a 5ª muito recentemente ocorreu no Brasil na cidade de Aparecida –SP.

Embora o Vaticano seja a influência internacional mais importante, não é a única. Desde o encontro de Medellín em 1968, o CELAM tem exercido considerável influência sobre a Igreja latino-americana, primeiramente encorajando algumas inovações e, depois após, 1972, tentando limitá-las (MAINWARING, 2004, p. 31).

Encontro do Episcopado Latino América em Medellín na Colômbia – 1968

A Conferência em Medellín foi o segundo Encontro do CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano que aconteceu em Medellín na Colômbia em 1968, ocorreu na vigência dos regimes militares e fez decolar o conceito de libertação, estimulando a iniciativa do povo de promover e participar da sua própria libertação. O conceito de

libertação ganhou um sentido mais definido, o que foi reforçado em Puebla, no México, dez anos depois.

As conclusões de Medellín, mesmo na tendência reformista, não são favoráveis aos projetos de desenvolvimento dirigidos por elites de poder que eliminem a autêntica participação ativa do povo. O desenvolvimento para ser possível exige ampla participação de estruturas intermediárias. Só existirá verdadeiro desenvolvimento quando o centro de decisão das mudanças estiver no próprio interior dos povos que de que se desenvolvem. Desenvolvimento imposto, sem participação da criatividade do povo, é somente modernização (RUBIO, 1977. p.70).

O documento sobre educação, contém muitos elementos da pedagogia libertadora de Paulo Freire, e apresenta igualmente uma visão do homem latino-americano que não pode ser reduzida a perspectiva tradicionalista ou desenvolvimentista e aponta o caminho para ajudá-lo a superar a sua situação desumana. A ignorância de muitos homens latino-americanos é vista como uma servidão humana.

A Conferência de Medellín marcou profundamente a Igreja na América Latina, porque buscou cumprir o seu objetivo e aplicar o Concílio Vaticano II na realidade Latino Americana. Construiu um discurso teológico centrado na eclesiologia, mas não em um discurso apologético, a proposta foi de uma igreja transformadora, e que precisava de pastores solidários com a realidade da Igreja na América Latina. Segundo Mainwaring a reunião do CELAM em Medellín “foi a mola propulsora da Igreja popular na América Latina” e finaliza: “Medellín forneceu um grande estímulo ao que viria a ser chamado de Teologia da Libertação. [...] A nova teologia estimulou inovações por todo o continente” (MAINWARING, 2004. p. 132-133).

Encontro do Episcopado Latino Americano em Puebla no México - 1979

A Conferência de Puebla no México, foi a terceiro Encontro do CELAM e foi preparada com dois anos de antecedência com a participação e responsabilidade

das igrejas da América Latina, houve consultas e sistematização de 21 comissões de trabalho assegurando o máximo de participação.

Nesta conferência o espírito evangelizador da igreja se projetou e se renovou. Segundo Leonardo Boff o significado da Conferência de Puebla foi o resultado de um processo que se ampliou desde o Concílio Vaticano II e Medellín no que concerne á análise das práticas teológicas predominantes. O abandono das práticas de sempre, por um agir e pensar a partir da periferia, em direção a uma redefinição da missão da igreja e da sua presença na sociedade, implicou a inserção do povo nos processos de libertação e fortalecimento das comunidades de base. Para Boff o resultado foi uma feliz articulação entre situação, reflexão e ação (BOFF, 1998, p. 84).

O professor Luiz Alberto Gómez de Souza, no artigo: *Os avanços de Puebla*, da Revista Eclesiástica Brasileira, de março de 1979, faz uma boa reflexão sobre o Documento de Puebla: Diagnóstico a partir dos pobres, onde constata que há dez anos da celebração da II Conferência Episcopal Latino-americana, a imensa maioria da população continua vivendo numa situação de pobreza e inclusive de miséria. “Aos pobres não só lhes faltam bens materiais, mas também, no plano da dignidade humana, não se lhes dá uma plena participação social e política” (SOUZA, 1979. p. 65).

A conclusão que se tem é que a década de Medellín a Puebla, na perspectiva da libertação, foi um período de mudanças, frustrações e contrastes, segundo Souza (1979) a Conferência de Puebla não inovou, mas expressou o que a igreja já vinha fazendo. E isso deu ao documento uma força especial, por sua coerência e adequação com as próprias experiências concretas.

José Comblin (2000) faz uma análise sobre a nomeação do Cardeal colombiano Alfonso Lopes Trujillo e sobre sua atuação como bispo auxiliar em Bogotá depois como Secretario Geral do CELAM, “foi um tempo de repressão na Igreja” Foi um tempo de perseguições e de resistências, porém “o partido de Medellín ainda era forte e conseguiu vencer em Puebla, ainda que não completamente. Esta foi uma época de luta, pois ainda se podia lutar” (COMBLIN, 2000, p. 184). Esta reação

conservadora tinha como estratégia a despolitização. “Manipularam a linguagem progressista: libertação diria respeito ao pecado e não as estruturas sociais injustas” (AMARAL, 2010, p. 110).

Neste capítulo o nosso objetivo era discorrer sobre a Teologia da Libertação, evidentemente não esgotamos as possibilidades de análise sobre movimento de grandes repercussões, temos um posicionamento positivo, progressista sobre essa corrente teológica, entretanto como em muitas situações há controvérsias e um pensamento reacionário sobre a participação da igreja nas questões seculares.

CAPÍTULO III

3 - A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA LIBERTADORA DE PAULO FREIRE NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Compreendidas as idéias centrais e a influência lógica dos dois capítulos é possível refletir sobre a convergência do pensamento de Paulo Freire na Teologia da Libertação. Em muitos materiais pesquisados sobre a Teologia da Libertação o nome do educador Paulo Freire sequer é citado, o que entendemos ser um equívoco, sabemos que oficialmente a teologia não reconhece a contribuição de Paulo Freire como teológica o que está correto uma vez que ele não era teólogo, mas acreditamos que a sua contribuição pedagógica foi sem dúvida de suma importância para a teologia.

A Teologia da Libertação e Paulo Freire compartilham uma preocupação com os pobres e oprimidos, como principal causa de reflexão e ação. Utilizam ferramentas marxistas como métodos de análise da realidade social e econômica, o impulso ético e revolucionário também são características comuns, empregam uma terminologia convergente, os oprimidos são uma preocupação comum estejam na igreja, na escola ou fora da escola. Paulo Freire é situacional e temporal, envolvido com seu tempo a Teologia da Libertação também é a expressão do inconformismo com a situação de injustiça atual.

O objetivo maior era superar a contradição entre oprimidos e opressores. Paulo Freire acredita numa escola popular por uma educação libertária, voltada aos pobres. Defende a valorização do diálogo, o respeito e a ética, valores estes também apregoados pelos teólogos da libertação. A sua influência religiosa marcou sua maneira de ser e de pensar, porém a fé ganha dimensão política e social. Para Paulo Freire a fé não se relaciona com a fuga do mundo, pelo contrário deve envolver-se com a realidade, possibilitando a comunhão entre fé e prática da libertação surgindo um novo homem frente a ricos e pobres (FREIRE, 1967, p.44).

São também convergentes a condenação ao fanatismo, às superstições, tanto na Pedagogia quanto na Teologia, pois Paulo Freire e a Teologia da Libertação

concordam que a religião assim como a educação pode ser parceira do poder econômico dominante ao promover uma estagnação e servir potencialmente como freio da humanização e da conscientização. Por outro lado pode servir como avanço para a libertação.

A Igreja Católica via a ação educativa até então realizada muito de acordo com o projeto do governo, de caráter elitista e não promovendo efetivamente a democratização do ensino – começou a dar maior atenção aos movimentos populares emergentes e em especial à educação popular; bem como a lutar pela manutenção do ensino religioso nas escolas públicas de nível primário, colegial e secundário (haja vista que os liberais a ele se opunham) e a combater a ameaça do comunismo.

A esquerda católica fundou novas concepções de espiritualidade. A JUC vinculava à religião a transformação radical da sociedade, a AP fundiu, pela primeira vez, o cristianismo humanista e socialismo, e o MEB e Paulo Freire aplicavam essas idéias pelo trabalho pedagógico junto aos populares (BEISIEGEL, 2008).

O foco do MEB – Movimento de Educação Básica era o conteúdo da consciência, da mentalidade referentes à noção que o indivíduo tinha da vida e serviria para orientar a ação no e face ao mundo. Conscientização e participação era o projeto fundamental, sendo seu objeto a cultura popular com a pretensão de conduzi-las a emancipação e à autonomia. A valorização da participação popular, da “voz” do povo é marca registrada no pensamento de Paulo Freire e na Teologia da Libertação. Os estudos bíblicos, foram renovados e fortalecidos, uma vez que pelo método Paulo Freire, muitas pessoas foram alfabetizadas e puderam conhecer a Bíblia até então desconhecida entre os católicos, que agora podia ser lida e discutida sendo um veículo decisivo para a inclusão de pessoas leigas no debate.

3.1 – Depoimentos sobre a presença da pedagogia na teologia

Reforçando aquilo que acreditamos ser uma “dívida da teologia para com Paulo Freire” pesquisamos e transcrevemos alguns depoimentos de educadores, teólogos que foram contemporâneos de Paulo Freire os quais consolidam nossa hipótese.

Carlos Rodrigues Brandão, participante do MEB, faz uma descrição das duas situações:

[...] quando aprendemos com Paulo Freire um novo sentido da educação, buscávamos um nome para isso. O primeiro nome não foi educação popular. Educação popular é um nome tardio. O primeiro nome foi educação libertadora, nome que foi o próprio Paulo Freire que deu. Isso foi esquecido ultimamente [...] Enquanto levávamos á frente experiência de educação libertadora, veio o golpe militar e os educadores populares foram perseguidos, a começar por Paulo Freire. Educadores de orientação libertadora. [...] Pouco mais de 20 anos depois no mesmo Brasil, o Vaticano condena ao silêncio outro brasileiro: o padre Leonardo Boff. Não é mera coincidência semântica que duas forças de repressão, primeiro do Estado, depois da Igreja, calem as pessoas e tentem calar também as idéias que colocam o nome “libertador” nas instituições e nas coisas que tradicionalmente se fazem (apud GADOTTI, 1996. p. 379).

Eduardo Wanderley, ex-reitor da PUC-SP, escreveu um texto, cujo título é: Ferramentas que abrem novas veredas, onde relata:

Eram tempos de aceleração histórica que a direita e a esquerda pretendia “domesticar”, cada qual a seu modo. Nossa experiência, ancorada na JUC e no MEB, teve identidade própria, mas convergimos no essencial: a libertação do povo. Existem pessoas e obras que se transformam em fios condutores, ferramentas que abrem novas veredas. Pedagogia do oprimido foi marco de uma geração, inspirou e continuam inspirando todos aqueles que lutam para que o povo tome sua palavra. Paulo, o educador político, continua ativo, unindo reflexão e ação. Seu livro permanece atual, repto para todos que acreditam na educação como prática da liberdade (apud GADOTTI, 1996. p. 519).

Leonardo Boff, grande expressão da Teologia da Libertação coloca Paulo Freire como um dos seus fundadores:

A teologia da libertação afirma: a libertação dos oprimidos ou se faz a partir dos oprimidos mesmo junto com seus aliados, conscientes de sua própria força e dignidade, ou não se fará nunca. A importância de Paulo Freire foi ter mostrado que o oprimido jamais é somente um oprimido. É também um criador de cultura e um sujeito histórico que, quando conscientizado e organizado, pode transformar a sociedade. A teologia da libertação ao fazer a opção pelos pobres contra a sua pobreza assume a visão de Paulo Freire. O processo de libertação implica fundamentalmente numa pedagogia. A libertação se dá no processo de extrojeção do opressor que carregamos dentro e na constituição da pessoa livre e liberta, capaz de relações geradoras de participação e de solidariedade. A teologia da libertação é um discurso sintético, porque junto com o discurso religioso incorpora em sua constituição também o analítico e pedagógico. Por isso Paulo Freire, desde o início, foi e é considerado um dos pais fundadores da teologia da libertação (apud GADOTTI, 1996. p. 497).

Com o título: *Uma obra história e profética*, Pedro Pontual, do Instituto Cajamar, define a obra de Paulo Freire:

A Pedagogia do oprimido de Paulo Freire é uma obra histórica e profética. Ela, ao seu tempo, inspirou o trabalho de todos aqueles que optaram por uma prática educativa inserida no processo organizativo popular; comprometida com a construção e fortalecimento dos movimentos sociais e suas entidades, organicamente vinculada ao projeto de libertação das classes populares. É uma obra muito atual, pois as categorias utilizadas por Paulo Freire já traduziam sua aguda percepção e fervoroso compromisso com a necessidade de uma pedagogia capaz de forjar um povo consciente e que seja sujeito da construção de uma sociedade livre de todas as formas de exploração e radicalmente democrática (apud GADOTTI, 1996. p. 522).

Existem por certo, incongruências entre o pensamento de Paulo Freire e a Teologia da Libertação, destacá-los ultrapassaria nossa competência, porém é possível refletir sobre alguns pontos básicos. Paulo Freire não abraçou a visão revolucionária marxista, a divisão social do trabalho e as classes sociais. Segundo ele as divisões de classe não são o único motor que move a sociedade, ele considera, além do mover das classes, o poder de movimento do sonho e da esperança. Jamais falou ou foi adepto a violência ou da tomada do poder pela força das armas. Esteve desde jovem a refletir sobre a educação e a se engajar nas ações políticas mediadas pela prática educacional que pode ser transformadora.

A Teologia da Libertação surgiu para mostrar que Deus é “Pai – Nosso”; portanto os homens e as mulheres devem se relacionar como irmãos e irmãs, sem haver exclusão, sem haver opressão ou sem qualquer tipo de violação da dignidade humana. Lutar pela libertação é valorizar a paternidade universal de Deus, que se manifesta nas relações justas e fraternas entre todos os seres humanos. Alfonso Rubio, em sua obra: *Teologia da Libertação: Política ou profetismo?* faz uma bela reflexão:

É na história que o homem encontra Deus, é na história que se vive o amor ao próximo; quando, nessa história concreta, a maneira de amar Deus e o próximo passa pelo empenho de procurar superar as condições estruturais que mantêm o homem dominado, então deve o cristão optar pelo processo de libertação (RUBIO, 1977. p.205).

3.2 - A síntese: Opressores X oprimidos

A superação da contradição entre oprimidos e opressores é o eixo gerador da Pedagogia e da Teologia da Libertação. Quando o oprimido descrê de si mesmo e superestima seu opressor fortalece a situação de opressão, portanto a força mágica de seu opressor precisa ser enfraquecida, de modo que o oprimido ganhe consciência da vulnerabilidade do seu senhor (FREIRE, 2005, p.37-38).

Na conscientização de classes sociais, o objetivo é fazer com que o oprimido tome consciência de que é oprimido, saiba a respeito de si mesmo, de sua condição e se conheça. A palavra do oprimido tem de ser libertada para que este construa sua própria emancipação existencial, política e social. Esta revolução é possibilitada pelo diálogo, pela problematização, pela reflexão promovendo o efeito contrário, a libertação.

A negação ao direito à palavra é o caminho que o dominante tem para manutenção e controle, o dominador busca a adaptação do oprimido e não a sua transformação. Esperar que os dominantes façam outra coisa a não ser dominar é um engano. A libertação só pode vir de uma proposta popular contra a opressão. A manipulação das massas oprimidas, por fim, se resume num trabalho para conformar o oprimido aos padrões do opressor (FREIRE, 2005, 36-37).

Ao se adaptarem pela “admiração” do mundo ilusório que os dominantes lhes apresentam, as massas populares fortalecem o vínculo de dominação. A tomada de consciência, por parte do oprimido, contra tudo o que se opõe a que tome as rédeas de sua própria história, como agente de seu próprio destino, por uma existência humana autêntica, é uma luta histórica tanto da Teologia da Libertação quanto da Pedagogia de Paulo Freire.

Os homens são “domesticados” para que aceitem o mundo e a realidade tal como se lhes apresenta, não são estimulados nem desafiados a transformá-la. Quanto mais adaptados os homens, mais facilmente serão manipulados. A compreensão desta realidade já é um passo importante para transformação. O professor Rubio ao refletir sobre as palavras Paulo Freire acrescenta: “a consciência oprimida e a consciência

opressora mostram a monstruosa negação do humano, tanto no oprimido como no opressor, provocada pela vontade de domínio e pelas relações de dominação” (RUBIO, 1977, p. 209) e criticando duramente a “vontade de domínio” da modernidade conclui: Uma sociedade de homens livres e solidários não poderá ser construída se os países da América Latina seguirem os passos dos países dominadores do mundo moderno” (RUBIO, 1977. p. 209).

A importância da reflexão e da ação a partir do oprimido é aprender a articular fé com justiça social e evangelho com libertação; educação como prática da liberdade, mediada pelo diálogo em detrimento da posição bancária que é depositária de conteúdos da visão mecanicista dominante.

3.3 – Religião e educação: Instrumento de libertação ou de opressão

Tanto a religião como a educação enquanto práticas de dominação precisam ser criticadas e denunciadas. Para Leonardo Boff (1998) a fé deve ganhar uma dimensão política e social e promover o envolvimento concreto para humanização, a religião pode contribuir para promover, na história, uma ponte no que concerne ao abismo entre ricos e pobres.

Do jogo das contradições e da problematização nasce uma educação de caráter libertário a partir da realidade interior ao oprimido. Porém libertar-se exige “luta”, primeiro é preciso ter claro que o opressor só existe porque existe o oprimido e a luta consiste em expulsar o hóspede opressor dentro de si mesmo. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. A superação desta contradição é a práxis, ou seja, a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2005, pág. 42).

É importante nas duas visões a impossibilidade da neutralidade, tanto na educação quanto na religião é necessário tomar posição. Tanto Freire quanto a visão da Teologia da Libertação advogam a impossibilidade de um processo educacional neutro. A “opção” pelos pobres que ocorre nos dois campos acaba por se tornar um

compromisso político (BOFF, 1998, p. 110). Para Paulo Freire ou se educa para adaptar o marginalizado ao sistema dominador ou para dele libertá-lo. A conhecida distinção entre educação “bancária” ou “domesticadora” que visa controlar o pensamento e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo e como formulação desse dilema a educação “problematizadora” que realiza a superação educador-educando, promovendo a libertação do indivíduo. A educação ou está a serviço da manutenção do *status quo* ou está a serviço da mudança revolucionária.

Não é por coincidência que as práticas pastorais mais progressistas da Igreja, durante os anos 50, tenham envolvido camponeses e estudantes, pois ambos os grupos eram altamente politizados. Nem é sem motivo que a Igreja do Nordeste, marcado por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia no silêncio, mas quando os camponeses se organizaram, isso mudou (MAINWARING, 2004. p. 56).

Leonardo Boff afirma que a religião pode ser utilizada como freio ou como acelerador da libertação e Paulo Freire assinala que a educação, se administrada pela classe dominante com o objetivo de infundir crenças a seu favor, mitos alienantes e paralisantes promoverá a conseqüente descrença da classe oprimida em si mesma, fortalecendo o complexo de inferioridade e portanto maximizando os dominantes. Os oprimidos são trabalhados de modo que se tornem conformistas e inativos.

Em contraposição a essa visão Paulo Freire pensa e pratica um método pedagógico que busca dar ao ser humano a oportunidade de se redescobrir e desvendar o mundo que verdadeiramente ocorre ao seu redor. Essa consciência não existe sozinha; faz-se através da consciência de mundo e dentro dela é que o indivíduo descobre sua própria consciência (FREIRE, 2005, p. 58).

A função da teologia é trabalhar a fé, religião e mundo, o que Freire também trabalha em sua visão pedagógica: fé, homem, mundo, história e cultura. Assim o desafio, tanto da fé, tanto na Teologia da Libertação quanto na Pedagogia de Freire é elaborar a síntese da relação opressão-libertação. Para ambos uma igreja que não tem compromisso com a libertação, torna-se uma “anti-igreja”, ao temerem o compromisso com o pobre o marginalizado, negam sua própria história.

Assim na visão de uma educação libertadora, a massificação do povo só pode ser combatida eficazmente mediante uma educação que leve o despertar e ao crescimento da consciência crítica. Também no interior da igreja, somente uma consciência crítica, uma fé pessoal e comprometida, podem superar a inércia massificadora de uma igreja que não foi escolhida conscientemente (RUBIO, 1977. p.123).

3.4 – Denúncia e anúncio: Teologia e pedagogia

A denúncia e o anúncio são comuns a Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Para Freire a denúncia tem um sentido profético e o anúncio um sentido utópico, fundamentado no sonho, na esperança. O pensamento de Freire não se restringe a mero idealismo, mas acena para uma possibilidade de que se possa ser mais e construir um mundo mais justo, uma sociedade mudada, transformada para o bem comum.

Gustavo Gutierrez (1979), grande expressão da Teologia da Libertação, postula que ser Igreja na América Latina deve implicar uma clara oposição a injustiça social. A igreja vinculada ao sistema social, não há como fugir de tomar posição; ou seja, a favor de uma situação ou de outra. É difícil para a igreja perder seu prestígio em favor de transformações necessárias, mas para estar a serviço do oprimido é obrigatório quebrar esse vínculo econômico e político de poder.

Portanto há uma aproximação no que concerne a denúncia e ao anúncio enquanto prática que possibilita, no primeiro momento, o desvelamento do presente e, no segundo momento, a esperança de um futuro melhor e de um sonho razoável e realizável. A denúncia politiza e leva ao compromisso com a libertação. Assim a pedagogia politiza na escola popular e a igreja politiza quando anuncia o evangelho na sua dimensão política.

Tanto na teologia como na pedagogia a libertação se efetiva quando homens em unidade assumem sua própria libertação como participantes ativos e conscientes, na construção de sua própria humanização. A Teologia da Libertação abrange uma

evangelização comprometida com o oprimido fundamentada na denúncia das injustiças sociais e no falso anúncio da impossibilidade de transformação da ordem das coisas (CATÃO, 1986, pág. 60-61).

3.5 - A politização da teologia e da pedagogia

Paulo Freire formulou uma proposta de educação a partir do mundo do oprimido e não do opressor, como se tinha até o momento, com o objetivo de manter a classe dominada inconsciente da própria realidade, situação esta que precisa ser criticada e denunciada, pois os educandos neste modelo de educação, são mantidos estagnados, alienados de sua condição.

A atuação de Paulo Freire é direcionada para a escola popular, por uma educação libertária, voltada aos pobres. E encontrou terreno fértil numa sociedade marcada pela exploração, pela opressão, pela pobreza de muitos em detrimento da riqueza de alguns que se beneficiaram do trabalho árduo, principalmente dos camponeses,

Maiwaring(2004) assim define a sua influência tanto para Igreja quanto para sociedade “Freire e o MEB foram tão influentes na transformação da Igreja brasileira quanto a JUC e AP, embora por razões diferentes. Freire e MEB, estavam comprometidos com a transformação da sociedade” (MAINWARING, 2004, pág. 88).

Tanto na Pedagogia de Paulo Freire quanto na Teologia da Libertação a contradição entre opressores e oprimidos é trabalhada para ser desvelada e superada. A libertação não acontece por acaso é uma conquista, não uma doação exige busca constante em prol da sua humanização. Como visto o método pedagógico de Paulo Freire revela-se como método politizador, pois segundo Freire conscientizar é politizar.

[...] desde o início da década de 60, movimentos de base e movimentos leigos têm desempenhado papéis importantes na transformação da Igreja brasileira. Bem antes de surgir a teologia da libertação, movimentos leigos brasileiros e agentes pastorais progressistas já haviam feito uma reflexão sobre os principais temas que seriam sistematizados pela nova teologia e apresentado uma concepção de fé vinculada a posições progressistas (MAINWARING, 2004, p. 28).

Mainwaring (2004) ainda acrescenta que as comunidades de base inovaram através das discussões sobre a pedagogia entre as classes populares contribuindo para a transformação da Igreja que não se deu apenas pelos movimentos de base, pelo contrário, sem o suporte da hierarquia, esses movimentos não poderiam ter transformado a Igreja.

Como exemplo desta politização citamos o movimento das Ligas Camponesas, que surgem no Estado de Pernambuco por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCB) e sob a liderança de Francisco Julião que devido às péssimas condições vividas pelos trabalhadores rurais, defendia a reforma agrária e incentivava os camponeses na fundação dos seus sindicatos.

Mainwaring (2004) faz uma excelente descrição desse período relatando sobre os vários movimentos de camponeses e a atuação da ala progressista da Igreja. Segundo ele a mobilização camponesa e o envolvimento de vários agentes políticos na região ajudaram a sensibilizar a Igreja em relação aos problemas do povo. Alguns membros da Igreja tentaram evitar a mobilização camponesa radical, enquanto outros davam apoio à organização independente, especialmente depois da criação do MEB, sendo que a criação dos sindicatos da Igreja e do MEB foram respostas claras a essa mobilização. (MAINWARING 2004, pág.116).

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, inspiradas também no método Paulo Freire de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação. Assim começavam a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade.

Assim a libertação na perspectiva de Paulo Freire e da Teologia da Libertação é um processo que se realiza em vários momentos, comprometidos com a democracia, mediados pela prática do diálogo.

Finalizando nossa reflexão sobre a contribuição da Pedagogia do Oprimido na Teologia da Libertação, citamos Gustavo Gutierrez (1979):

Eis o que, em última instância, sustenta o esforço de libertação em que está empenhado o continente latino-americano. Mas, para que tal libertação seja autêntica e plena, deverá ser assumida pelo próprio povo oprimido, e para isso deverá partir dos próprios valores desse povo. Só nesse contexto pode ser levada a bom termo uma verdadeira revolução cultural. Desse ponto de vista, um dos esforços mais criadores e fecundos realizados na América Latina são as experiências e os trabalhos de Paulo Freire, que tenciona constituir uma “pedagogia do oprimido” (GUTIERREZ, 1979, p. 151).

Paulo Freire delineou uma *Pedagogia da Libertação*, intimamente relacionada com a visão marxista do Terceiro Mundo e das consideradas classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos.

Sintetizando o que postula Scocuglia, para uma compreensão melhor das idéias de Paulo Freire é necessário uma análise dos caminhos percorridos pelo autor, do histórico ao dialético. No sentido histórico a análise se dá a partir da produção discursiva, buscando contextualizar sua prática e sua teoria em cada um dos vários momentos componentes de sua trajetória. No dialético a análise se dá na busca da compreensão das totalidades e das contradições do discurso, pois ao falar da *Pedagogia do oprimido*, denuncia a opressão; ao denunciar a educação bancária, propõe uma educação problematizadora. Um discurso que ao falar da necessidade da ação dialógica denuncia o autoritarismo, em especial das escolas que ao excluírem milhares de crianças todos os anos tornam-se fábricas de analfabetos (SCOCUGLIA, 1999, p. 33).

E assim as idéias e métodos de Paulo Freire seguem fazendo caminho inspirando intelectuais, educadores e teólogos que, como ele acredita na importância da educação e da escola para transformação da realidade.

Suas propostas político-pedagógicas constituem paradigmas fundamentais da edificação de uma sociedade menos desigual, menos injusta e essencialmente mais humana. Autonomia, o diálogo como pedagogia, o respeito às diferenças, a valorização do saber popular, a democracia e a ética ainda são desafios para muitos profissionais da educação que acreditam que a educação é uma forma de

intervenção no mundo e que é possível fazer da ação pedagógica de cada dia a semente de uma nova sociedade.

CONCLUSÃO

Segundo se percebe o método da Teologia da Libertação é libertário e indutivo, partem da interpretação da realidade a partir da pobreza, da exclusão e do compromisso de libertação, para fazer a reflexão teológica e convidar a ação transformadora dessa mesma realidade. O método histórico dialético é utilizado para elucidar o fenômeno da opressão e da exclusão. Utilizam do instrumental marxista para fazer a análise social, porém a orientação e luz partem da palavra de Deus.

Com uma nova forma de fazer teologia, a Teologia da Libertação, assumia as práticas sociopolíticas e eclesiais como “lugar teológico”, passou a elaborar uma teologia política como resposta necessária aos sinais dos tempos e aos desafios históricos concretos daquela realidade. Recorreram em primeiro lugar às mediações filosóficas, mas foram as Ciências Sociais que criticamente propiciaram decifrar a dura e concreta realidade histórica da pobreza e da miséria.

A partir da influência do Concílio Vaticano II das Conferências do Episcopado Latino Americano tanto de Medellin quanto de Puebla; que resultaram na criação da Conferência Latino-Americana dos Religiosos – CLAR, do fortalecimento dos Círculos Bíblicos (Campo e Cidade); das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que deram impulso para a criação das associações de Moradores, originando Pastorais Sociais de Camponeses; Pescadores; Prostitutas; Favelados; Ribeirinhos; Meninos e povos da rua e também da criação de diversos conselhos como: Conselho Indigenista missionários (CIMI –1972); Comissões de Justiça e Paz; Comissão Pastoral da Terra (CPT–1975); Fundação do Partido dos Trabalhadores – PT em 1980; Redemocratização do País em 1985 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em 1985, podemos concluir que muitas iniciativas tiveram início na igreja e na escola, entendidos como comunidades de pessoas.

A década de 1980, tida para muitos como a “década perdida” onde houve muitas perdas econômicas, a redução da qualidade de vida, o aumento da violência, o crescimento da poluição e o aparecimento de muitas doenças infantis dão a tônica nas questões sociais. Foi também uma década de mudanças em termos de sujeitos e temas, pois os “pobres” ou “oprimidos” passaram a ser vistos e descritos mais claramente como pessoas e rostos e não como uma categoria. Os sujeitos hoje, mulheres, afro-brasileiros, povos indígenas, os quais mesmo não sendo materialmente pobres mas ainda assim oprimidos. E no caso das mulheres a “chamada tripla opressão” mulheres, negras, pobres caracterizam algumas mudanças sociais. Entretanto teve também seus pontos positivos com a criação de organismos populares que aprenderam a reivindicar sua vez e sua voz.

Os eventos ocorridos em 1989, queda do muro de Berlim, a crise da esquerda e o avanço do neoliberalismo, foram mudanças inevitáveis, a visão utópica de uma nova ordem social foi frustrada. No entanto, considerar a Teologia da Libertação morta depois 1989 é um erro. Tais acontecimentos serviram para promover adaptação da teologia a um contexto modificado. A Teologia da Libertação só estará superada se as condições e motivos pelos quais ela nasceu tiverem passado, entretanto a injusta pobreza e a desigualdade social aumentaram com o advento da globalização. A exclusão hoje tem uma estrutura global.

Aparecem no cenário novos temas e outros “sujeitos novos” como as lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros que não são novos, mas estão ocupando o primeiro plano de uma auto-afirmação explícita e são cada vez mais reconhecidos e apoiados neste empreendimento. Temas como a dignidade da terra, tendo Leonardo Boff como pioneiro, a visão do capitalismo e do mercado neoliberal como um tipo de religião em si mesmo, vistos como idolatria do ponto de vista cristão são reflexões novas para a teologia.

A produção tanto de “literatura popular” para uso em comunidade quanto em livros acadêmicos foi muito grande e é incontestável a estreita relação entre a Teologia da Libertação e a educação popular libertadora, entendida não só como um

movimento dos que se dedicam profissionalmente a atividade educacional mas também as mães, pais, sacerdotes, pastores, jornalistas, escritores, artistas, líderes políticos e sindicais, líderes populares locais enfim de todas as organizações comprometidas na elaboração de alternativas a formação do povo para a autonomia intelectual, moral e religiosa, e conseqüentemente para elaboração de alternativas para sua libertação. Muitos materiais foram utilizados pela teologia aos moldes da pedagogia a exemplos das cartilhas que foram produzidas para o MEB que foram adaptadas nas CEBs com linguagens comuns.

Paulo Freire tinha consciência de que sua ação pedagógica estava se dando num tempo de profundas mudanças, de paradoxos e contradições, sua aguçada capacidade de ler os “sinais dos tempos” o permitia exercer a função crítica e profética. A sua obra não foi importante só no âmbito da educação popular e da alfabetização. Compreendemos a sua importância e o que ele representa enquanto intelectual que propõe a superação do modelo de escola e de educação que se fazia e que faz no Brasil e no mundo. Como ele, acreditamos que é possível fazer educação e escola para a transformação social.

A convergência da pedagogia na teologia é explícita no fazer pedagógico a partir do oprimido. Para Paulo Freire, seja no campo pedagógico, seja no teológico, ou em qualquer área do saber não é possível permanecer na neutralidade; tem-se de estar ao lado de alguém ou de alguma idéia. Em sua concepção, a pedagogia dos opressores, assim como a teologia dos opressores, tinha apenas um objetivo: a manutenção do poder. A partir dessa perspectiva se dá a importância a práxis, ou seja, da reflexão-ação, que propicie a troca de experiências, a luta pela igualdade social.

Portanto Paulo Freire, à semelhança do que apregoava a Teologia da Libertação, também centra sua crença no homem, ou seja, de que ele é capaz de conquistar a sua libertação. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005, p. 58).

Para finalizar achamos muito oportuno o pensamento de Carlos Rodrigues Brandão,

Assim, todo o projeto de uma educação emancipatória é a possibilidade de que sujeitos educandos (entre os que aprendem-ensinando e os que ensinam-aprendendo) formam pessoas destinadas a se engajarem em frente de luta social em nome da justiça, da solidariedade, da liberdade, da inclusão e, em suma, do direito universal de partida da felicidade entre todas as pessoas e os povos da terra (BRANDÃO. 2005. p. 148).

E ainda refletindo sobre a obra de Brandão que nos coloca que “o que o homem faz é o que ele cria a partir de como vive ou de como é levado a viver.” Através da difícil, mas inevitável, construção cotidiana e solidária da sua liberdade, ele cria na mente e no coração gestos e atos de pessoas livres. Rompendo com o círculo de dominação, da guerra, da desigualdade, criando e fazendo sua própria história em busca do primado de uma igualdade entre pessoas e povos livres e diferentes.

Paulo Freire tem muito em comum com a Teologia da Libertação e a Teologia da Libertação muito em comum com a Pedagogia de Paulo Freire. Essa aproximação mútua leva a pensar numa influência recíproca; embora ambos tenham uma história própria de surgimento e desenvolvimento é possível o diálogo e convergências. Obviamente, há também distanciamentos que não ousamos discutir, pois não é objeto desta pesquisa.

Por fim, este trabalho não pretendeu esgotar o assunto, temos por certo a convicção de que há muito ainda a pesquisar, porém apesar de singelo, possibilitou o acesso a conhecimentos que foram muito significativos para nossa formação pessoal e profissional encerrá-lo representa não apenas a conclusão de um processo, mas o início de uma caminhada cheia de indagações e também de algumas certezas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniere Ribeiro. *Milagre Político: Catolicismo da libertação*. São Paulo: Annablume, 2010.

ASSMANN, Hugo. *Por uma teologia humanamente saudável*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. Brasília: Líber Livro Editora, 2ª edição, 2004.

_____, Celso de Rui. *Política e educação popular*. Brasília: Líber Livro Editora, 4ª edição, 2008.

_____, Celso de Rui. *Paulo Freire*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BEOZZO, José Oscar. *A igreja entre a Revolução de 1930, Estado Novo e a redemocratização*. brasileira – Tomo III – O Brasil republicano, economia e cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo, SP: DIFELL, 1986, v. 04 (p. 272-341).

BOFF, Clodovis e outros. *Cristãos: Como fazer política*. Coleção Fazer, 2ª edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 1989.

_____, Clodovis. *Como vejo a teologia latino-americana trinta anos depois*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. 3ª edição, Edotra Vozes, 1976.

_____, Leonardo, BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____, Leonardo. *Teologia sob o signo da transformação*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. In ROSAS, Paulo (org) . *Educação e Transformação social*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____, Carlos Rodrigues. *A canção das sete cores*. Educando para a paz. São Paulo, Contexto, 2005.

CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação*. Coleção primeiros passos, 1986.

COMBLIN, José. *Trinta anos de teologia latino-americana*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-americana: 1930 a 1985*. 2ª edição, São Paulo, Paulus, 1995.

FÁVERO, M. L.A: BRITTO. J.M. (orgs) – *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

_____, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 25ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____, Paulo. *A importância do ato de ler*. em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1982.

_____, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI. Moacir. *Paulo Freire: Uma biobibliografia*. São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire/Unesco, 1996.

_____. Moacir. *Pedagogia da terra*. 2ª edição. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUTIERREZ, Gustavo. *A teologia da libertação, perspectivas*. São Paulo. Editora Loyola, 1979.

LIBANIO, João Batista. *Trinta anos de teologia*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

LIMA, Vinício Artur de. *Comunicação e cultura*. As idéias de Paulo Freire, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

LOWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MONDIN, B. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.

PALÁCIO, Carlos. *Trinta anos de teologia na América Latina*. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org). *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. *História da Educação*. 5ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1996.

ROSAS, Paulo. *Fontes do Pensamento de Paulo Freire*, Recife, Ed. Universitária UFPE, 2004.

RUBIO, Alfonso Garcia. *Teologia da Libertação: Política ou profetismo?* 2ª edição. São Paulo – SP, Loyola. 1973.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A construção da história das idéias de Paulo Freire*. In STRECK, Danilo (org.) *Paulo Freire: Ética, utopia e educação*. 6ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de Souza, *Os avanços de Puebla*. Revista Eclesiástica Católica. n 39. Março/1979.

_____, Luiz Alberto Gómez de Souza, *As várias faces da igreja católica*. Estudos Avançados. n 18, 2004

_____, Luiz Alberto Gómez de Souza, *Teologia e povo*. Revista Eclesiástica Católica. n 40. Março/1980.

STRECK, Danilo (org.) *Paulo Freire: Ética, utopia e educação*. 6ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SUNG, Jung Mo. *Teologia e economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SUSIN, Luiz Carlos. *O mar se abriu*. Trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo. Editora Loyola, 2000.

_____, Luiz Carlos. *Sarça ardente – Teologia na América Latina: perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000.

TORRES, Carlos A. *Consciência e História: A prática educativa de Paulo Freire*. São Paulo, Loyola, 1979.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 1ª edição especial, Rio de Janeiro-RJ, Nova Fronteira, 2006.